

011ª SESSÃO ORDINÁRIA - 29FEV2012

(Texto com revisão final.)

O SR. JOÃO ANTONIO DIB (Requerimento): Sr. Presidente, eu quero fazer um Requerimento para que, em primeiro lugar, passemos à Pauta do dia de hoje. Quero fazer um apelo à sensibilidade dos meus Pares – já que, em primeiro dia de Pauta, apenas há três processos, sendo dois do Executivo, de maior relevância para a Saúde na Cidade – para que a Pauta não seja discutida, apenas dada como passada. Sou grato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Antonio Dib. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA

O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores; Sras. Vereadoras; todos os que nos acompanham e nos assistem, temos aqui vários projetos de alto interesse da comunidade de Porto Alegre; em especial, eu quero me referir aos da Saúde.

O Governo Municipal manda a esta Casa um pedido, através de Projeto de Lei, para autorizar o Executivo Municipal a prorrogar a vigência da admissão de vital interesse público de Técnicos em Enfermagem, de médicos, e dá outras providências.

Nós, em conjunto, temos sido solidários e dado todo o apoio para que o Executivo Municipal possa contratar profissionais de Saúde para dar conta das necessidades do Sistema Único de Saúde em Porto Alegre, em especial da Atenção Básica, mas não é só isso, também contratar profissionais

especializados, particularmente médicos especialistas em todas as áreas: pediatras, neurologistas, endocrinologistas, urologistas, enfim, todas as especialidades previstas e necessárias. Está aqui o Governo Municipal, mais uma vez, pedindo autorização para a contratação. E nós somos a favor.

Agora, não justifica, Ver. Adeli, a falta permanente de médicos nos postos de saúde. Isso tem acontecido sistematicamente em todas as comunidades. Vai à Santa Rosa para ver como é que está! Vai à Pequena Casa da Criança; vai à UBS Calábria, por exemplo, na Rua Jorge Napoleão de Souza. Vai a qualquer lugar na Cidade para ver que continuam, permanentemente, faltando médicos. Qual é o problema? Nós queremos médicos! Nós, Vereadores, aprovamos, aqui, todos os pedidos do Executivo. Por que continuam, sistematicamente, faltando médicos se a nossa parte está feita? Foi feita uma correção salarial. O pedido que veio a esta Casa foi aprovado! Mudou-se a carga horária. Elevou-se o salário! Por que continua faltando médico? Tem que haver uma explicação!

Agora vem um pedido e vai ser aprovado. Nós queremos também, ao mesmo tempo em que damos as condições, que a cobrança seja feita: não pode faltar médico para as comunidades! E está faltando!

O Ver. Adeli Sell fez um projetinho muito singelo, mas que obriga a instituição de Saúde – pode ser Programa de Saúde da Família, UBS, pronto atendimento – a fixar os horários e o nome dos profissionais para o público, porque não é possível que nós, ao sermos solicitados, ao sermos demandados, oferecemos como resposta “sim”, damos as condições, e o Governo Municipal não consegue fazer a gestão na Saúde.

Sei que o Secretário Casartelli é esforçado, tenta fazer o trabalho, mas não se justifica haver tanta falta de médicos, tanta falta de profissionais, tanto posto sem fazer o atendimento em saúde que precisa ser feito nesta Cidade. Por isso penso, cobro o fato de, ao mesmo tempo em que estamos dando apoio e condições para o Governo governar, ele fazer a sua parte: que governe, que dê resultados e que atenda às demandas da Cidade, que são muito grandes. Obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Elias Vidal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ELIAS VIDAL: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras; Srs. Vereadores; público que nos assiste nas galerias e também aqueles que nos assistem pela televisão, venho a esta tribuna para fazer uma breve reflexão e dizer que, por muitos anos, eu me deslocava, de carro, de casa até a Câmara de Vereadores, e da Câmara de Vereadores para minha residência. Desde agosto do ano passado, comecei a me preparar para correr na São Silvestre, onde corri e fiz o percurso em 1h50min – e mostrei para os senhores que ganhei, com muito orgulho, uma medalha muito linda. Por 36 anos, desejei participar da São Silvestre. Com isso, eu me empolguei e achei que precisava ter um pouco mais de velocidade e resistência, e aí comecei a andar de bicicleta pela Cidade. Fiz o voto de me dirigir de casa para a Câmara de Vereadores e retornar daqui para minha casa de bicicleta todos os dias, o que dá uma média de 20 quilômetros por dia.

Para o coração e para a saúde ficarem um pouco mais resistentes, algumas vezes não venho de bicicleta; faço uma meia maratona, venho e retorno correndo para o meu lar. E isso está sendo muito bom. Eu faço todos os dias 20 quilômetros, de bicicleta ou correndo e, aos domingos, eu subo o morro Santa Tereza.

O que eu quero dizer aos senhores? Quando você anda de carro pela Cidade, vê um tipo de problema; se você anda de ônibus pela Cidade, você vê, por um outro ângulo, outros tipos de problemas; quem anda de moto tem uma visão diferente; agora, quem pedala sente nas pernas um problema imediato, que é a falta de adequação da Cidade para o ciclismo. Hoje, pela manhã, eu corri 6 quilômetros e vou fazer mais os meus 20 quilômetros de bicicleta. Na quarta-feira, agora, eu fiz 46 quilômetros de bicicleta, porque eu participei de um grupo, menor do que aquele grupo que o Ver. Beto Moesch participou – com muito orgulho, li a matéria que fala disso. Há vários grupos na Cidade. E, quando você interage, você vê coisas que você não via antes.

Então, eu quero deixar um pedido para a SMOV, porque eu nunca vi tanta falta de acesso para cadeirantes e para bicicletas quanto agora, que eu estou

pedalando. Há uma demanda reprimida, mas muito grande nessa área. Por exemplo, ontem eu estava na Av. Wenceslau Escobar pedalando, e ali tem um cordão da calçada de dois palmos. Se você desce dois palmos de bicicleta, ou cai ou entorta o aro. Eu tentei achar uma descida de garagem para fazer o contorno e continuar na calçada, mas não achei. Entrei na Wenceslau, bem em frente ao Supermercado Nacional, e um ônibus quase me pegou – eu já não poderia estar aqui, a felicidade seria do Suplente –, foi questão de milésimos de segundo e de espaço.

O que eu quero dizer? Estou sentindo muito... O Secretário Cássio é muito meu amigo, é responsável, é gente boa, tem vontade de trabalhar e sempre nos recebeu muito abertamente. Então este Vereador vai tentar se reunir com o Secretário, com a Secretaria e com aqueles Vereadores que já estão se envolvendo. Eu vou me somar à Ver.^a Fernanda Melchionna, ao Ver. Beto Moesch e a outros mais, porque estou pedalando todos os dias, estou indo para casa todos os dias de bicicleta.

O Ver. João Antonio Dib está brabo comigo. O que está acontecendo? (Pausa.) Está gesticulando como se quisesse dar uma surra em mim...

(Aparte antirregimental do Ver. Nilo Santos.)

O SR. ELIAS VIDAL: É para ir de ônibus? (Pausa.) Deixo, então, esta minha fala. Eu vou me somar aos Vereadores, porque estou sentindo que não dá, são muitas e muitas quadras, são milhares de quadras que não têm acesso para cadeirantes, nem para bicicletas, nem para idosos. Nós precisamos ajudar o Governo, e este Vereador vai se somar com a Fernanda Melchionna, para que a gente tenha uma Cidade mais acessível a esse tipo de transporte. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Fernanda Melchionna assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver. Elias Vidal. Inclusive, amanhã a Comissão de Saúde e Meio Ambiente fará uma audiência

sobre a execução do Plano Diretor Cicloviário, com representação da EPTC, Ministério Público, enfim; essa é uma boa pauta, importante para a Cidade e para o desenvolvimento das ciclovias e ciclofaixas.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ADELI SELL: Minha caríssima Fernanda, na presidência dos trabalhos; colegas; senhoras e senhores, está em 2ª Sessão de Pauta um Projeto de Lei de minha autoria, que propõe a colocação de placas em estabelecimentos de Saúde no Município de Porto Alegre, Ver. Paulinho Rubem Berta, onde conste o nome do profissional e o horário de atendimento. Acho que isto é o mínimo que a cidadania pode exigir: transparência, meu caro Ver. José Freitas, sobre a prestação do serviço público. Qualquer servidor público não está acima de nada e de ninguém; ele, como o nome diz, é um servidor público – portanto, ele tem que prestar contas, Todeschini, tem que ser transparente, tem que ser republicano, e não estou falando só da municipalidade; estou falando do Estado, do Governo Federal; falo inclusive do SUS como um todo, para não falar da Previdência, porque a gente nunca sabe, parece que as pessoas que ali trabalham são donas.

O Sr. Paulinho Rubem Berta: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero agradecer a V. Exa. o aparte e dizer que eu, realmente, concordo plenamente com as colocações do seu Projeto. Acho que ele vem ao encontro dos anseios da população, e quero acrescentar que hoje existe lei que penaliza o usuário que faltar com educação para com o funcionário. Nós também temos que criar alguma coisa que proteja quem lá vai atrás de uma consulta, porque, algumas vezes, é o inverso que acontece. Existem, em toda profissão, como nessa, os maus profissionais e os bons profissionais. Graças a Deus, os bons profissionais, hoje, são a maioria; mas a minoria leva uma carga pesada demais aos bons funcionários. Nós temos que corrigir essa distorção. Parabéns pelo seu Projeto!

O SR. ADELI SELL: Inclusive eu gostaria de ver, em cada local em que entramos, que a primeira coisa que a pessoa que ali atenda faça, Ver. João Dib, seja levantar a cabeça, dar bom-dia, boa-tarde, cumprimentar as pessoas. Nesta Cidade, neste Estado, neste País, muitas vezes tem-se que começar com isto: com educação; nós temos que retrainar, retrabalhar, recivilizar, minha cara Fernanda, o próprio servidor. Muitas vezes sofrem-se pressões do chefe, mas nada justifica não haver um bom atendimento, pois o funcionário está ali, porque alguém lhe paga o salário, e quem lhe paga o salário somos todos nós, inclusive os parentes das pessoas que ali trabalham, que pagam impostos – IPTU, IPVA, ISS, ICMS... Ou, quando pagam ICMS, porque, muitas vezes, há sonegação, não é, meu caro Mauro Pinheiro? Grande problema!

Por que afixar as placas com os compromissos? Para que possamos cobrar serviço de qualidade. Esta Câmara foi criticada por vários setores profissionais, inclusive da Prefeitura de Porto Alegre. Fomos duramente criticados, meu caro Cecchim, por termos modificado a Lei dos Médicos dando a condição de 30 e de 20 horas; agora, quem não cumprir 20 horas, quem não cumprir 30 horas, não pode ficar na Prefeitura mamando! Tem que estar afixado o horário dos funcionários, e nós temos que cobrar; nós somos Vereadores, e temos que zelar por todas as questões, não pensar apenas em alisar, não pensar apenas em agradar em ano eleitoral. Nós temos que ter caráter, nós temos que ter perseverança nas nossas ideias, nós temos que falar e defender o povo da nossa Cidade, a municipalidade, custe o que custar.

Ver. Cecchim, como foi dito aqui no Plenário, eu queria elogiá-lo pelo material afixado lá no Centro, naquela barbaridade. Quando o Poder Público falha, falha muita coisa, eu diria que falha praticamente tudo, e tem-se que começar exatamente com as questões que a gente aprova aqui, na Câmara de Vereadores.

Tem mais: nós podemos legislar sobre essas questões. Quero, inclusive, propor à nova Mesa Diretora um grande debate sobre as questões referentes ao que é constitucional e ao que é inconstitucional sob o ponto de vista da municipalidade.

Fiquei feliz, porque, na CCJ, o nosso colega Sebastião Melo faz uma emenda a um Projeto meu que garante a sua constitucionalidade. É assim que a gente trabalha: pelo bem da Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.).

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sra. Presidente, Ver.^a Fernanda Melchionna; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu deveria dizer que estou espantada, mas não estou, porque acompanhei o tema do concurso público no ano passado.

A nossa Câmara, no início da minha gestão, da nossa gestão à frente da Câmara, levou à SMA a solicitação, a proposição de realização de concurso público junto com a Secretaria de Administração.

Em agosto, depois de muitas tratativas, depois de prepararmos, discutirmos aqui com a nossa equipe da Casa, excelente equipe dos Recursos Humanos da Casa, o Grupo de Trabalho, composto nesta Casa, preparou a descrição de cargos com a Comissão. Entregamos tudo prontinho e recebemos da SMA a resposta, em agosto, de que ela não faria, que apenas o DMAE faria concurso. Então, não se justificava que a SMA fizesse concurso só para a Câmara, Ver. Todeschini. Apenas para o DMAE. Inclusive, via DMAE, supririam alguns cargos da Centralizada, o que também não entendi direito.

E aí, pasmem: no final do ano passado, a equipe técnica da Secretaria da Saúde sentou aqui com a nossa valorosa equipe, com a Cristina, Presidente da nossa Comissão, para ver todos os procedimentos que nós, Câmara, realizamos, para aprender conosco, construir conosco, para fazer o seu concurso público na Saúde. Portanto, todo o ano passado, a Saúde foi deixada a pé, não sei se por incompetência da Saúde, se por incompetência da SMA, se por irresponsabilidade do Governo como um todo. Só que o a Saúde não fez o seu concurso público para as funções de que necessitavam. Portanto, estamos nós aqui, Ver. Dib, que botou ação na Justiça contra o Raul Pont por causa dos contratos temporários! Não é esta a mesma situação? Prorrogando pela 12ª vez contrato temporário de Técnicos em Enfermagem, admissão

temporária de Técnicos em Enfermagem! Qual é a dificuldade para se fazer concurso para Técnico em Enfermagem?! Sobre concurso para médico, vocês vão dizer que os médicos não querem fazer o concurso, porque o salário é baixo; enfim, sabemos que é mais complexa a situação. Agora, para Técnico em Enfermagem, a única coisa que explica é incompetência! E incompetência não justifica contratação emergencial. Vocês me desculpem, mas há responsabilidade administrativa nisso, porque caráter excepcional é situação de emergência mesmo!

Sim, está prorrogando, Ver. Nilo! Já fez o contrato temporário e não foi capaz de encaminhar concurso público. Não foi capaz, assim como para técnico em nutrição. O Ver. Todeschini pergunta sobre o IMESF. Eu, como não defendo IMESF, Ver. Todeschini, não acho que ele seja a saída da lavoura, mas o IMESF já está contratando, finalmente, depois de anos, agentes comunitários de saúde, com carteira assinada.

Mas o que eu quero questionar é a demora de anos! Quero questionar e quero uma resposta, porque acho que esta Câmara, quando autoriza, legaliza atos ilegais – essa que é a verdade. Nós nos tornamos corresponsáveis. E sobre contratação temporária, Dr. Dib, eu gostaria de ouvir a sua opinião sobre isso, porque V. Exa. condenou o nosso Prefeito Raul Pont, e aqui, de novo, está prorrogando o contrato para o Técnico em Enfermagem. Qual é, na verdade, o caráter excepcional, o excepcional interesse público que impediu o Governo de realizar um simples concurso para Técnico em Enfermagem no ano passado? Eu gostaria de uma explicação, porque a história que ouvimos não nos convenceu.

Chegaram à conclusão, talvez, Ver. Todeschini, de que o DMAE não pudesse fazer concurso para Técnico em Enfermagem, porque assim que foi encaminhado no ano passado. Qual é a seriedade que tem com os trabalhadores?

E, pior do que isso, qual a seriedade que tem com o atendimento em Saúde da população de Porto Alegre, que continua nas filas, que continua aguardando o seu exame, que continua aguardando cirurgias e que continua em situação caótica? Então, prestemos bem atenção ao tema que está proposto aqui para nós!

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.)

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sra. Presidente, Ver.^a Fernanda Melchionna; Sras. Vereadoras; Srs. Vereadores, eu pretendia fazer uma manifestação envolvendo dois Projetos de minha autoria, o que concede o Título de Cidadão de Porto Alegre à Sra. Simone Xavier Camargo e, ainda, o Projeto que inclui a efeméride Dia do Cabeleireiro, do Barbeiro, do Esteticista, do Manicure, do Pedicure, do Depilador e do Maquiador no Anexo à Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – que instituiu o Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre e organiza e revoga legislação sobre o tema –, e alterações posteriores, no dia 18 de janeiro.

Ora, Sra. Presidente, o Ver. Dib pede que sejamos objetivos, para que se cumpra a Pauta com relação ao assunto já bem discutido e cujo mérito todos reconhecemos, que é a possibilidade de contratação de Técnicos em Enfermagem, médicos, para o Município. Por isso, nós vamos dar a nossa contribuição. Fica reservado para outra oportunidade. Era isso, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Sra. Presidente, Ver.^a Fernanda Melchionna; Sras. Vereadoras; Srs. Vereadores; nosso Líder, Ver. Mauro Pinheiro; Ver.^a Sofia Cavedon; Ver. Adeli Sell, venho aqui para fazer uma manifestação sobre o tema mais candente, sobre o tema mais presente nos debates da Cidade nesses últimos dois ou três dias, que é a questão que envolve a preparação para a Copa do Mundo em Porto Alegre. É do conhecimento de todos que o Estádio Beira-Rio foi escolhido para os jogos da Copa que teremos em Porto

Alegre, e, para isso, não faltou o apoio desta Casa, porque, nós, como Vereadores, aprovamos também todo o Projeto que o Sport Club Internacional mandou para cá, para que ele passasse pelas reformas e pudesse ser adequado para receber as equipes, as representações dos países que estarão fazendo a disputa em Porto Alegre.

No entanto, as últimas notícias dão conta de uma situação preocupante, Ver. Adeli, porque o comércio, o turismo, a Cidade e a infraestrutura se movimentam, já há algum tempo, na certeza de que a Copa vai sair em Porto Alegre, vai ser lá no Estádio Beira-Rio. As últimas notícias nos preocupam, porque o negócio feito entre a construtora Andrade Gutierrez e o Sport Club Internacional nos dá conta de muitos problemas que colocam em dúvida a viabilidade e a garantia de que, de fato, o estádio estará pronto para a realização dos jogos, conforme as exigências do Comitê Internacional que os regulamenta.

Estamos falando isso, porque, no ano passado, eu, o Ver. Aírto Ferronato – que é o Presidente da Comissão da Copa – e o Ver. Tessaro estivemos em reunião com a direção do Internacional, com o Sr. Presidente, com o Vice-Presidente de futebol – o Anápio – e com os engenheiros, sendo que eles nos passaram uma ideia de muito otimismo, de que tudo estava garantido, de que a obra estava andando e de que o Internacional havia feito um excelente negócio, mas não é isso o que estamos vendo hoje. O que nós estamos vendo é que aquilo que foi dito, aquela propaganda de que a Andrade Gutierrez tinha assumido como construtora experiente e capitalizada que é, não é bem assim. O que aconteceu, na verdade, é que foi feita uma SPE – Sociedade de Propósitos Específicos –, ou seja, uma empresa à parte, virtual, sem capital, buscando investidores no mercado, sem muitas garantias, ou melhor, com poucas garantias para que isso acontecesse, pois o negócio montado, até o momento, não se demonstrou confiável, e, em uma tentativa um pouco desesperada, talvez, a empreiteira quis repassar ao Banrisul os encargos das garantias para viabilizar as obras da Copa no Beira-Rio. E, de forma acertada, a direção do Banrisul e o Governo do Estado não aceitaram, porque não se pode, republicanamente, pôr em risco uma instituição que é de todos, para

garantir, para cobrir negócios malfeitos por particulares. Essa é a situação que nós encontramos.

Por isso nós estamos torcendo, como Bancada e como Partido, desejando que Internacional e Andrade Gutierrez encontrem uma saída, que a Copa aconteça em Porto Alegre, mas nós não podemos perder – como perdemos a Copa das Confederações – também a Copa do Mundo em Porto Alegre. Não é responsabilidade do Bannisul. Acerta o Bannisul, acerta o Governo do Estado; portanto, os negócios devem ser feitos e produzidos de forma profissional, de forma sustentável, envolvendo, no caso, os entes privados, a construtora Andrade Gutierrez e o Internacional na viabilização das garantias e da obra para que a Copa aconteça em Porto Alegre.

Essa foi a manifestação da nossa Bancada. Muito obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. Nilo Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder, por cedência de tempo do Ver. DJ Cassiá.

O SR. NILO SANTOS: Sra. Presidente, Ver.^a Fernanda Melchionna; Srs. Vereadores; Sras. Vereadoras, quero me dirigir, de maneira especial, ao nosso Líder, o Ver. DJ Cassiá, que me concedeu o tempo.

Falo em nome da nossa Bancada, do nosso Presidente, Ver. Elói Guimarães; do nosso querido Ver. Brasinha, exatamente para tentar dar uma esclarecida para a nossa colega, a Ver.^a Sofia Cavedon. Vereadora Sofia Cavedon, na realidade, esse Projeto aqui autoriza o Executivo Municipal a prorrogar a vigência da admissão temporária de excepcional interesse público de Técnicos em Enfermagem e dá outras providências – e a senhora deu uma batidinha na SMA aqui, porque está magoada por causa do concurso da Câmara, porque a SMA não teve tempo hábil...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. NILO SANTOS: Mágoa! Na realidade, Ver. Cecchim, o que aconteceu é que já foi feito o concurso. A Ver.^a Sofia Cavedon esqueceu de dizer que já foi feito o concurso! Foi feito o concurso, e acontece o quê? Algumas pessoas recorreram, e, para a Secretaria não ficar descoberta, precisa prorrogar a vigência desse contrato, Ver. Luiz Braz, para não descobrir, não deixar o atendimento a descoberto. Mas a Ver.^a Sofia Cavedon está mais preocupada em bater no Governo do que manter coberto o atendimento e então prefere ir por uma linha totalmente equivocada de oposição, uma linha ultrapassada, que é bater gratuitamente, como se a verdade não fosse aparecer dali a alguns minutos. Então, o problema é esse, Ver.^a Sofia Cavedon.

Com relação ao concurso da Câmara, eu quero ver se a senhora tira essa mágoa do seu coração. A SMA não realizou o concurso da Câmara, senhoras e senhores, exatamente porque a Presidente Sofia, Ver. DJ Cassiá, primeiro pediu um concurso para Taquígrafo. Ela mandou para a SMA essa solicitação. Dali a pouco, a Presidente resolveu pedir também concurso para Assistente. Dali mais alguns dias, a Presidente resolveu pedir concurso para Jornalista, depois para Assessor. E A SMA não trabalha com desorganização! É um concurso grande, e a SMA não tem equipe com número suficiente para realizar um concurso grande, Ver. João Dib! Precisa licitar, então, para poder realizar tudo isso! Mas não pode ficar fatiando: “Ah, eu quero que a SMA organize um concurso para Taquígrafo. Na outra semana, pensa: “Ah, eu vou dar um passinho a mais, eu também vou fazer um concurso para Assistente”. E a Ver.^a Sofia Cavedon, quando Presidente, o que ela disse? “Eu quero fazer, Secretária Sônia, mas tem que ser feito no meu mandato! Tem que ser feito agora, para o meu nome ficar na história!” E a SMA não se presta a isso! Não vai se prestar a deixar registrado o nome de A ou de B na história, atropelando e fazendo o que não tem pernas para fazer! Por isso deu aquela correria toda no final do ano, Ver.^a Sofia Cavedon! Ficou marcado; seu nome está marcado na história, mas isso não lhe dá o direito de carregar essa mágoa no coração. Tem que parar com essa bobagem, Ver.^a Sofia Cavedon!

Com relação às calçadas, Ver. Elias Vidal, o novo ciclista da Câmara, quero dizer que é um problema de que as pessoas precisam se conscientizar; cada um tem que cuidar da sua calçada. Eu sugiro ao Ver. Elias Vidal que, nas suas

pedaladas, pare no portão e diga: “O senhor arrume a sua calçada ou eu vou mandar lhe multar!” Fiscalize! E ponto final! Ele vai estar fazendo o papel dele! É muito fácil querer as calçadas perfeitas, mas quem tem cuidá-las são as pessoas; cada um cuida da sua calçada. Obrigado, senhoras e senhores.
(Não revisado pelo orador.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: É para um esclarecimento. Desde o início, o concurso não era para um cargo só; segundo, a SMA disse que faria contratação; e, terceiro, a SMA já tinha levantado várias instituições para fazer contratação. Então, essa história pode ser contada de diferentes formas, mas nós temos tudo isso registrado num processo muito sério e nada desorganizado. O Ver. Nilo desrespeita os funcionários desta Casa ao falar assim.

O SR. NILO SANTOS: Como ela ganhou um minuto extra, eu também tenho direito. Eu jamais desrespeitei os funcionários desta Casa. Não pense a Ver.^a Sofia Cavedon que vai manchar o meu nome junto aos funcionários. Jamais! Desorganizado foi o seu mandato! Eu me proponho, não tem problema algum; eu trago o processo aqui, e os Vereadores poderão dar uma verificada, então, para verem como numa semana era uma coisa; na outra, outra; e na outra, outra. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver. Nilo. Está acolhido por esta Presidente. O processo será encaminhado ao conjunto dos Vereadores da Câmara Municipal.

Peço ao Vice-Presidente da Casa, Ver. Haroldo de Souza, que assuma a presidência dos trabalhos.

(O Ver. Haroldo de Souza assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; colegas Vereadores; Vereadoras; público que nos assiste, eu queria cumprimentar da tribuna da Câmara Municipal e parabenizar a grande mobilização, articulação e organização dos músicos da nossa Cidade, que ontem fizeram uma bela caminhada cultural pelo bairro Cidade Baixa. Foi uma das mais bonitas manifestações que eu tive a oportunidade de apoiar, em que foi colocada a música deles e de tantos outros cantores do nosso País a serviço de uma causa justa e necessária, que é a defesa da cultura.

Bandas como Turucutá, Zamba Bem, Tribo Brasil, Roda Viva; músicos conhecidos da nossa Cidade; sindicatos, como o Sindicato dos Músicos, SATED e uma série de organizações protagonizaram uma bela caminhada cultural, colocando a revolta, a indignação com a tentativa de acabar com a música ao vivo na nossa Cidade.

Todos nós acompanhamos o que eu chamei de “Operação Cultura Zero” o que ocorreu, na nossa Cidade, em novembro do ano passado, quando a SMIC e a Prefeitura tentaram responsabilizar as vítimas da pouca agilidade para concessão de alvarás que a Prefeitura tem nas suas várias Secretarias. São cinco, sete anos de tentativa de se regularizar, criando uma insegurança que prejudica a norma de convivência entre moradores da Cidade Baixa, frequentadores e bares. A Prefeitura tentou responsabilizar as próprias vítimas pela sua irresponsabilidade e falta de planejamento.

Foi formado um grupo de trabalho a respeito do funcionamento da Cidade Baixa, do qual eu sou suplente e estou participando ativamente. Nós fizemos plenárias, discutimos com a Cidade propostas que garantissem uma Área de Interesse Cultural, determinada pelo Plano Diretor da nossa Cidade, para que seguisse em pleno funcionamento. Qual não é a nossa surpresa quando, na proposta do Decreto – que avança, é verdade, em relação aos horários de funcionamento dos bares, restaurantes e lancherias, desvinculando essa categoria das casas noturnas, que havia sido vinculada lá na Prefeitura do João Verle, para permitir um horário mais razoável de funcionamento numa sociedade em que os tempos estão mais longos, as famílias jantam mais tarde, os estudantes saem tarde da faculdade noturna –, havia um artigo que proibia

a música ao vivo, em qualquer horário, nos bares da nossa Cidade. Isso significa que, às seis horas da tarde, se um músico pegar um banquinho e um violão e tocar uma música em qualquer bar, ele estará cometendo uma ilegalidade. Se esse decreto for publicado dessa maneira, nós vamos ver a derrota da cultura, o ataque aos músicos, a geração de desemprego, o fim da possibilidade do desenvolvimento cultural de vários e de várias que nascem na Cidade Baixa e em outros bairros da nossa Cidade, porque o Decreto vale para a Cidade inteira, isso é importante avisar ao público que nos assiste pela TV Câmara, mostrando que não há nenhum bom senso. Ao contrário, existe um ataque brutal ao que talvez seja uma das coisas mais importantes para a população, que é o direito à cultura e ao lazer.

Eu não posso aceitar essa lógica de desmonte, essa lógica que começa com a privatização do Araújo Vianna, que ataca o Largo Glênio Peres, tirando os espaços públicos de convivência, como fez esta Prefeitura junto com a SMIC; eu não posso aceitar o desmonte e a desorganização inclusive em prédios fundamentais, como ocorreu na Usina do Gasômetro, que foi interditada por irresponsabilidade da própria Prefeitura; o atraso nas obras do sambódromo em relação ao forro anti-incêndio, que era necessário para garantir proteção à nossa Cidade. É uma Prefeitura que gasta menos de 1% em Cultura e ainda quer acabar com os poucos espaços democráticos para os movimentos da música, da cultura, da cidadania, do lazer na nossa Capital. Portanto, quero parabenizar esses músicos nas pessoas do Juliano Luz, do Renan Freitas e do Ricardo Bordin e de tantos outros que construíram a bela manifestação no dia de ontem. Foi uma aula de cidadania e uma bela caminhada cultural... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Mauro Zacher reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Sebastião Melo solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 1º a 7 de março de 2012. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MAURO PINHEIRO: Ver. Mauro Zacher, nosso Presidente desta Casa; demais Vereadores e Vereadoras; público que nos assiste pelo Canal 16; público das galerias, nesta discussão de Pauta, Ver. DJ, infelizmente nós temos que falar a respeito desses projetos, dos atropelos do Município, que não consegue se entender, e há uma dificuldade, Ver. João Antônio Dib, de gestão desta Cidade; e nós cobramos e fiscalizamos esta Cidade.

O Ver. Nilo Santos veio aqui e falou que a Secretaria não pode ficar à mercê dos pedidos para organizar concursos públicos, mas a Prefeitura, Ver. Toni, tem que ter alguém de pulso e responsável que chame os Secretários e ordene que cumpram as suas exigências. A Prefeitura tem que ter alguém que a comande, ela não pode ficar à mercê de cada Secretário, da vontade de cada Secretário – com isso nós concordamos –, mas, pelo que foi colocado aqui pelo Vereador da base do Governo, parece que a situação é bem diferente, pois não conseguem se entender sobre quais são os concursos prioritários. Ora, mas quem é o gestor desta Cidade? Quem é responsável por comandar as Secretarias? Tem que haver alguém responsável por esta Cidade, que não pode ficar à mercê da boa vontade dos Secretários! O Vereador está reclamando das calçadas, mas quem é o responsável pela Cidade? Então, tem problema nas calçadas? Tem problema, mas quem é o responsável pela Prefeitura como um todo, Ver. João Antonio Dib?

(Aparte antirregimental do Ver. João Antonio Dib.)

O SR. MAURO PINHEIRO: Por isso é que nós estamos falando aqui, Ver. João Antonio Dib! Calma, Vereador, nós estamos falando no Projeto do concurso da admissão temporária, em caso de excepcional interesse público, por quê? Porque o concurso público saiu atrasado! Olhe aqui, Vereador (Lê.): "...autoriza o Executivo a prorrogar a vigência da admissão temporária de excepcional interesse público de Técnicos em Enfermagem...".

Claro que é de interesse público os Técnicos em Enfermagem, mas por que o concurso demorou a sair, foi sair só no final do ano?

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Mauro, eu lhe agradeço, porque ajuda a clarear. O Ver. Nilo disse que foi desorganização da Câmara, mas não foi; no final do primeiro semestre, nós estávamos com tudo pronto na SMA; tudo acertado, tudo pronto, Ver. João Dib, com toda a descrição dos cargos, número de vagas, tudo – uma construção com a Comissão dos Funcionários do Plano de Carreira, com o Sindicâmara, com os nossos funcionários e chefias. Agora, o que aconteceu? A SMA mudou de rumo, no início do segundo semestre, e fez isso com a Saúde também. A SMA, o Governo, as decisões de Governo, e a Saúde teve que vir ver conosco como fazer e foi fazer lá no fim do ano o concurso. Então, teve um atraso que foi, sim, de mudança de rumo desse Governo, que prejudicou, que fez com que – agora, eu olhei os Processos – desde 1º de janeiro os contratos temporários estejam sem respaldo legal – janeiro e fevereiro! Nós estamos, agora, regularizando retroativamente; nós estamos dando respaldo retroativamente. Desde janeiro e fevereiro, esses funcionários estão trabalhando sem respaldo legal. E a vida deles? E a situação de atendimento em Saúde?

O SR. MAURO PINHEIRO: Muito obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon.

Ver. João Dib, Líder do Governo, é inadmissível que o Governo espere terminar o contrato dos funcionários da Saúde, Ver. Todeschini, para, então, fazer o concurso público. Já deveria ter feito o concurso há muito mais tempo!

E, agora, esses funcionários da Saúde, essenciais para a Saúde do Município, estão há dois meses à deriva, assim como o Governo está à deriva. Estão sem contrato, Ver. João Antonio Dib!

É claro que esta Casa vai ajudar agora, vamos votar o Projeto, vamos ajudar a regularizar a situação desse pessoal da Saúde, dos Técnicos em Enfermagem, mas é um absurdo, isso é falta de organização!

E como eu tenho dito sempre, Ver. João Antonio Dib: é uma falta total de gestão na cidade de Porto Alegre. Nós vamos ter que ajudar a corrigir, porque

é lamentável os Técnicos em Enfermagem estarem há dois meses à deriva, assim como o Governo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores; Sras. Vereadoras; minhas senhoras e meus senhores, eu gosto de ouvir o Mauro Pinheiro falar em falta de organização, em falta de gestão, mas eu acho que não é esse o problema: o problema é a falta de memória!

O que os 16 anos, nesta Cidade, fizeram em matéria de violências em relação à legislação existente? A Lei nº 7.720 foi proposta nos 16 anos e dizia que eram 120 dias, prorrogáveis por mais 120 dias, em caso excepcional. E se podia fazer uma contratação.

Então, fui à Justiça, porque achei que era um absurdo. Em primeiro lugar, eles não faziam 120 dias; faziam 180 dias. Mas tinha o caso, por exemplo, de um médico que já estava na sexta prorrogação do contrato, sendo que, na última vez, o contrato venceria no dia 31 de maio e foi renovado no dia 5 de maio. Então, para eles, lei não existia.

Agora, o Prefeito, que respeita a Câmara de Vereadores, que considera a legislação vigente, manda um Projeto de Lei solicitando autorização para a prorrogação por mais 90 dias da contratação de servidores que já estão trabalhando. Concursos foram realizados, mas percalços aconteceram, depois da realização dos concursos, e os aprovados ainda não puderam ser chamados. Então, aí, é tudo falta de gestão, falta de organização. É falta de memória!

Eu fui à Justiça, e, em primeira instância, o Prefeito foi condenado por aquelas centenas de médicos que eram contratados por 180 dias. Ele foi condenado a oito meses e dez dias de cadeia! Depois, foi absolvido no Tribunal de Justiça. E eu fico contente que ele tenha sido absolvido, até porque gostava muito dele – e ainda gosto.

Mas tem um caso na contratação que eles faziam – havia concurso: numa especialidade, o médico classificado em 2º lugar no concurso estava no Canadá, mas ele era das hostes petistas. Então, havia necessidade de chamar, tinha vaga, e teriam que chamar o 2º colocado, mas, se chamassem o 2º colocado, como ele estava no Canadá, não poderia assumir; então, ele passaria para o final da fila. O que fizeram os doutos da época, que não respeitavam a legislação, nem a que eles propusessem? Chamaram o 3º colocado para um contrato que se renovou duas vezes. Na terceira vez, quando seria o terceiro contrato, voltou o canadense, entre aspas. Bom, aí chamaram os concursados, o 2º e o 3º, os dois. Aí, o terceiro contrato foi só pela metade, porque foi um concursado.

Então, não venham aqui me falar de gestão, de legislação. Eles não tinham nada disso, não respeitavam nada. Eu estou atento.

Agora, mudando de assunto: falam muita coisa, em Liderança, que não tem sentido, mas eu preciso dizer que, como amante de Porto Alegre, eu acho que essa empresa Andrade Gutierrez agiu com o maior desprezo pela Cidade, causou o maior prejuízo para a Cidade; fez com que Porto Alegre não fosse ao mundo no ano que vem, na Copa das Confederações. E está fazendo coisas mais aí, só para impedir, talvez, que, em 2014, tenha Copa do Mundo em Porto Alegre. O prejuízo que ela causou não para ao Sport Club Internacional, mas para a cidade de Porto Alegre, para o Rio Grande do Sul, é impagável! Não há empréstimo que pague aquilo que a Andrade Gutierrez fez para Porto Alegre. Saúde e PAZI!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente; demais Vereadores; Ver. João Antonio Dib, chegou a hora de essa Administração dizer a que veio, e está na hora de parar de falar que o PT ficou 16 anos, que fez ou não fez. Vamos falar do que foi feito neste Governo, Ver. João Antonio Dib! Esse Governo Fogaça/Fortunati já está aí há sete anos, quase oito; está encerrando o

segundo mandato, e, toda vez que se fala em um problema na Cidade, falam dos 16 anos do PT. Vamos falar da atualidade, do que foi feito, das grandes obras, de quais as obras foram feitas em Porto Alegre; vamos falar do que está acontecendo. Não dá para, toda a vez, lembrar dos 16 anos. Eu acho que é saudades, Ver. João Antonio Dib!

Porto Alegre precisa tomar uma atitude, porque não dá para se perder a Copa assim como se perdeu a Copa das Confederações. É um prejuízo para a Cidade, para o comércio. Por isso temos que ter responsabilidade e chamar a empresa Andrade Gutierrez, chamar o Sport Club Internacional. Alguém tem que se responsabilizar. A Copa tem que acontecer em Porto Alegre, porque o prejuízo não será de uma torcida, de um clube; será de uma cidade, do comércio, das empresas, dos bares, dos hotéis, dos restaurantes, da sociedade como um todo, Ver. João Antonio Dib, pelas obras que podem não acontecer se Porto Alegre perder Copa por problemas em relação ao estádio.

E nós sabemos que, se não for no estádio do Beira-Rio, talvez a Copa não aconteça em Porto Alegre, porque, mesmo se a Arena estiver pronta, a realização da Copa não depende apenas de um estádio; tem toda a infraestrutura no entorno, o que lá, mesmo estando pronta a Arena, não existe; não teremos hospitais, não teremos condições de transferir a Copa. Portanto, alertamos a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o Estado, e chamamos a responsabilidade para nós, Ver. João Antonio Dib, para que essa Copa aconteça em Porto Alegre, porque ela é necessária pela expectativa e por todo o legado que pode deixar para a nossa Cidade. Não podemos admitir que venhamos a perder a Copa em Porto Alegre!

Quero aproveitar este tempo de Liderança de oposição para falar que ontem estive, Ver. João Antonio Dib, no Ministério Público de Contas, falando com o nosso Procurador-Geral, Geraldo da Camino, que nos recebeu. Entregamos a ele um relatório de todo o acompanhamento, de toda a investigação, a fiscalização que fizemos a respeito do Instituto Ronaldinho Gaúcho, nos anos de 2010 e 2011, através dos Pedidos de Informações, Ver. Reginaldo Pujol, e também das duas Audiências que fizemos na sede da Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude, presidida pelo Ver. Professor Garcia, em 2011, onde esteve presente o Instituto Nacional América, uma ONG que prestou

serviços para outra ONG, o Instituto Ronaldinho Gaúcho. Estiveram presentes também representantes do Instituto Ronaldinho Gaúcho; fornecedores; o Secretário Busatto; a Secretária Municipal de Educação, Cleci Jurach. No ano de 2011, levantamos diversos dados a respeito desse convênio de quase R\$ 6 milhões com o Município de Porto Alegre e que a sociedade nem sabia que existia; achavam que o atendimento às crianças era caridade do jogador Ronaldinho Gaúcho, lá na Zona Sul de Porto Alegre. Ainda temos várias dúvidas sobre esse convênio, mas, infelizmente, até agora, não conseguimos a décima segunda assinatura para constituir uma CPI e aprofundar as investigações sobre esse convênio entre o Instituto Ronaldinho Gaúcho e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Então, fizemos um relatório parcial de tudo isso que nós levantamos aqui, Ver. Beto Moesch, e entregamos ao Ministério Público de Contas, para contribuir, tendo em vista que o Dr. Geraldo Da Camino nos disse que já pediu para o Tribunal de Contas investigar esses fatos. Nós levamos a nossa contribuição, da Câmara de Vereadores, para que possam ser averiguados esses fatos, e tenho certeza de que isso vai ser levado em conta. Continuamos com a esperança de conseguir investigar, porque esta é a função dos Vereadores: fiscalizar, e estamos prontos para fazer isso. Também estamos aguardando que o Ver. Professor Garcia, junto com o Governo Municipal... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente; Sras. Vereadoras; Srs. Vereadores; senhoras e senhores, a Pauta principal hoje é o acompanhamento da Copa. E nós, amanhã, às 10 horas da manhã, temos uma reunião aqui, na Câmara, da Comissão da Copa, que eu presido, para a qual estou convidando todos e todas para participarem conosco, aqui na sala 301, na Comissão de Finanças.

A embrulhada, efetivamente, começou, ou melhor, meio que se definiu a partir da trágica nota da empresa Andrade Gutierrez, pretendendo levar a responsabilidade ao Banrisul, que é uma negociação que vem há mais de um ano. Por que só agora?

E mais: uma empresa que tem um faturamento, pelo que mais ou menos sei, na ordem de R\$ 18 bilhões por ano – repito, R\$ 18 bilhões por ano! – esperar mais de um ano, ou um ano, para chegar à conclusão de que não dispõe, ou não quer – ou não quer! – dar as garantias que as instituições de crédito exigem é, no mínimo, uma empresa que acha que nós, gaúchos, estamos aqui para sermos embrulhados. E não estamos!

Porto Alegre não vai poder perder a oportunidade de sediar a Copa de 2014 nos jogos que para aqui estão sendo propostos.

Para tanto, temos, sim, dois estádios de altíssima qualidade e possibilidade de sediar. Mais ainda: acreditamos, sim, na possibilidade, talvez a mais razoável e real, de que seja no Beira-Rio; e acreditamos, sim, na possibilidade de um plano B. Alguém me disse: “Nem que seja no Ramiro Souto, a Copa sai em Porto Alegre, porque nós acreditamos no Governo Municipal, no Governo do Estado, inclusive no Governo Federal!”

Vamos encontrar uma saída para resolver essa questão, que se impôs, repito, um ano depois de iniciadas as tratativas com a empresa. E por que só agora? Então, amanhã, 10 horas da manhã, Ver. João Dib, teremos uma reunião na Comissão da Copa, aqui na Câmara. Essa reunião se fez necessária e urgente; por isso contamos com a presença de todas as senhoras e senhores. Um abraço a todos, e obrigado.

(Não revisado pelo orador.).

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. NELCIR TESSARO: Sr. Presidente; Sras. Vereadoras; Srs. Vereadores; público que nos assiste, quero agradecer ao Ver. Tarciso a cedência do tempo de Liderança do nosso Partido.

Desejo me manifestar a respeito dos problemas que estamos vendo no dia a dia da Cidade, mas também, falar um pouco da Copa do Mundo e do impasse com o Sport Club Internacional.

Quero dizer, Ver. Ferronato, que a Copa do Mundo no Estádio Beira-Rio independe do Governo Municipal, independe do Governo Estadual; quem poderia interferir e agilizar um pouco as obras seria o Governo Federal, mas não vai haver essa necessidade, porque, se o Presidente do Sport Club Internacional decidir fazer a Copa lá, ele fará as obras como devem ser, com construtoras gaúchas de porte, sem interferência política. A interferência política que está havendo para transferirem os jogos da Copa para a Arena do Grêmio, ou a pressão que estão fazendo, em nome do Sport Club Internacional, dia a dia, para que o contrato seja assinado o mais rápido possível de nada valem, só representam a busca de votos, já que estamos num ano eleitoral.

Nenhuma interferência eles fazer com a FIFA. A FIFA tem o seu regramento, o seu regulamento e não vai ceder à pressão de nenhum Vereador, de nenhum Governador, de nenhum Prefeito e de nenhum Secretário; as regras da FIFA devem ser cumpridas.

O Sport Club Internacional tem condições de executar todas essas obras por um terço do valor da contratação da construtora Andrade Gutierrez, e com empresas gaúchas. Nós não precisamos que empresas mineiras venham aqui levar o nosso dinheiro e trazer os empregados de fora, aumentando o desemprego em Porto Alegre. Agora estamos no caminho certo, no caminho que o Conselho votou.

(Aparte antirregimental do Ver. Aírto Ferronato.)

O SR. NELCIR TESSARO: Até ontem, precisava, porque tínhamos a intenção de fazer essa competição, esse “grenalismo” de dizer que o estádio tem que ser maior que o do Grêmio, melhor que o do Grêmio. O time é que tem que ser melhor que o do Grêmio; o estádio pode ser menor, não importa – o que importa é estar na competição. E nós não precisamos, Ver. Tarciso, de um edifício-garagem; precisamos ter um estacionamento; não precisamos de um

shopping; precisamos de condições para receber as pessoas. Agora, o que se precisa, sim, é que saia essa obra de duplicação da Av. Edvaldo Pereira Paiva – essa não é dever do Internacional, não. O viaduto lá, próximo ao bairro Cristal, não é dever do Internacional – isso tem que sair. Então, o Sport Club Internacional tem condições de fazer, sim, a Copa, e vai fazer – eu tenho absoluta certeza. Teremos uma reunião na segunda-feira e, na semana que vem, nós teremos uma solução com empresas gaúchas – foi o que eu sempre preguei no Conselho do Inter –, de tradição, sólidas, que não trarão esse constrangimento ao Banrisul.

Peço que o Governo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Obras e Viação, verifique novamente aquilo que eu já reclamei aqui, sobre as ruas de Porto Alegre, principalmente a respeito da Av. Carlos Gomes e da Rua Dom Pedro II, onde há um sério problema de desnível no asfalto, principalmente nos viadutos, onde poderão ocorrer acidentes a qualquer momento, já que por ali passam veículos pesados que estão danificando cada vez mais o asfalto.

Segundo pedido que faço: aconteceu um acidente, na sexta-feira, em frente ao Shopping Total, na Av. Cristóvão Colombo, pelo motivo de uma árvore estar encobrendo a sinaleira que existe na saída do *shopping*. Quem vem pela Av. Cristóvão Colombo não enxerga; nem eu enxerguei, mas fiquei olhando, porque eu já sabia que havia uma sinaleira, mas um cidadão de São Leopoldo reclamou: “Mas onde está a sinaleira?!” Está encoberta pelas folhas de uma árvore. Assim não dá, a Cidade toda está dessa forma! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o Ver. Mauro Pinheiro usou a tribuna e não teve tempo suficiente para dizer todas as dificuldades que ele enfrentava. Na verdade, é bom lembrar o passado, sim. O Vereador diz que Porto Alegre não fez obras. Bom, a 3ª Perimetral, cujo primeiro trecho foi concluído quando eu era Prefeito – Rua Edu Chaves, Rua Souza Reis, Av. Ceará, Rua Pereira

Franco –, foi concluída depois dos 16 anos. O projeto Pisa está quase concluído. O projeto Álvaro Chaves foi concluído apesar de eles, de uma forma estranha, terem assinado um contrato três ou quatro dias antes de deixar a Prefeitura. Eu posso dizer que a Av. Beira-Rio está quase duplicada, outras obras foram realizadas.

Agora, eu quero falar do complexo da Conceição: nos 16 anos, no mínimo de dois em dois anos, eles anunciaram a recuperação do complexo da Conceição, chegaram mesmo a fazer a contratação da Fundatec: U\$ 350 mil para estudar os viadutos, as passarelas da Av. Ipiranga e do Parcão. Na mesma época, muito mais análises de obras muito mais importantes, em São Paulo, foram feitas por U\$ 42 mil; aqui, custaram 350 mil. Mas o complexo da Conceição foi anunciado, adiado, adiado e adiado. Então, não dá para falar. E o Viaduto Leonel Brizola não foi nem anunciado; só foi feito.

Por outro lado, o mestre Mauro Pinheiro levou ao Tribunal de Contas, ao Procurador Da Camino, um documento de 200 páginas sobre o Instituto Ronaldinho. Na verdade, ele tinha 1.900 páginas, que o Executivo mandou para ele como resposta, dando todos os detalhes, até porque o Portal Transparência da Prefeitura foi considerado, no Rio Grande do Sul, o melhor – em primeiro lugar, ficou o Portal Transparência da Prefeitura e, igualmente, a Câmara Municipal de Porto Alegre.

Então, não dá para dizer que desconheciam; conheciam e conheciam bem! Até foram mostradas aqui as diferenças que existiam no Projeto em que o Governo Federal determinou que fosse o Instituto Ronaldinho; também houve diferença na prestação de contas tanto quanto com o convênio feito com a Prefeitura. A Prefeitura está cobrando as duas diferenças na Justiça.

Então, eu acho que estamos fazendo um carnaval. Esquecemos de que há um Ver. João Dib, que é tolo, que está sentado aqui, do começo ao fim da Sessão e ouve os seus colegas e presta atenção ao que eles dizem. Depois eles têm que responder! Ou talvez eu não devesse ficar aqui...

Ou, então, criticam um Prefeito, porque ele cumpre as leis. Eu tenho que dizer aqui que não era assim que faziam no passado. Eu não estou culpando os 16 anos. Eu poderia dizer horrores dos 16 anos, mas não estou fazendo isso e nem quero fazer isso; apenas quero coerência. Não havia esse tipo de discurso

durante os 16 anos, nem da oposição ao Governo, que era a ampla maioria: a proporção era maior do que dois por um! Nós não fazíamos isso que está sendo feito agora.

Agora, em ano eleitoral acontecem essas coisas, e eu entendo. É uma pena que, para tentar elevar um candidato, tenha-se que diminuir o outro. Ave que voa por seus próprios meios nunca voa alto demais! Eles estão querendo voar alto demais. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, era meu propósito fazer uma grande reflexão sobre o momento brasileiro, que não é esse mundo cor-de-rosa que, com frequência, vemos retratado.

Há fatos acontecendo neste País que têm deixado todos aqueles que têm responsabilidade com a coisa pública e com o futuro da Nação mais do que preocupados, angustiados. Mas eu vejo que, na Casa, Ver. Brasinha, fica difícil fazer uma discussão desta ordem, quando o maniqueísmo, aqui, do Governo e da oposição, já tomou conta do debate. Começou a eleição, Ver. Mario Fraga, sem dúvida nenhuma. E, se não bastasse o duelo, oposição e Governo, o Ver. Nelcir Tessaro, meu querido amigo, insiste em estabelecer um Gre-Nal aqui, como se o Grêmio Porto-Alegrense tivesse alguma coisa a ver com os acertos e desacertos dos problemas que o Beira-Rio tem. Eu quero, inclusive, deixar claro – o Ver. Nelcir Tessaro não está me ouvindo neste momento – que, junto com ele e com o Ver. Tarciso, há um ano e meio ou dois anos, nós estivemos lá, no Beira-Rio, e nos deram a maior tranquilidade a respeito do cumprimento das obrigações que assumiram. Seria natural que, em 90 dias, comessem as obras; o caminho era um, já estava estabelecido, e, depois, houve todo um retorno nesta situação.

Onde nós entramos nisso? Onde se pode responsabilizar o Grêmio e a Arena por causa dessa situação, Ver. Haroldo? Há mais tempo, acho que nem tinha

sido decidido que haveria jogos da Copa do Mundo em Porto Alegre, nós havíamos decidido no Grêmio, até, em princípio, com a minha oposição, de que o Olímpico estava superado, teria que se construir um novo estádio adequado aos tempos modernos. E aí a coisa caminhou, terminou na OAS, que, felizmente, foi uma bela escolha feita pelo Grêmio e pelo seu Conselho, que hoje está com a obra em adiantado estado, com toda a certeza em vias de conclusão, Ver. Cecchim.

Pela primeira vez, eu vou vir à tribuna – não é o Pujol, o Vereador, que está falando – como Conselheiro do Grêmio. O Grêmio não está construindo a Arena para nenhuma Copa do Mundo! É da sua história fazer essa construção. Agora, nós não vamos ser irresponsáveis, Ver. Proença, porque nós somos Vereadores que não têm um plano B nesta cidade de Porto Alegre! Tem que haver! Eu quero ver quem vai “amarrar o bode”, se houver um desastre, que eu não desejo que ocorra, se as coisas não caminharem e nós venharmos a perder a condição de sede na Copa de 2014. Quem vai assumir essa bronca com a opinião pública e com a sociedade?

Então, eu não quero Gre-Nal. Se eu puder ajudar, ajudo – não sei em que poderia ser. Eu não me envolverei em assuntos internos do Sport Club Internacional, não sei o que está acontecendo. Lamento o que está acontecendo! E eu não estou sozinho nisso: a Presidente da República está dizendo que lamenta, que quer uma solução em 30 dias! Se não, nós teremos que acionar alternativas.

Não há a menor possibilidade que se inverta a situação; só porque houve dificuldades com o nosso coirmão, lá no Sport Club Internacional, queiram transferir esse problema ao Grêmio, que a única coisa que fez foi dizer o seguinte: “Já que perdemos a Copa das Confederações, nós estamos oferecendo o estádio do Grêmio para ser sede dos jogos da Copa das Confederações”. E precisará, porque há estádios no Brasil, inclusive o Maracanã, no Rio de Janeiro, que não estarão em condições de ser sede dos jogos da Copa das Confederações. Então, precisará de lugar, e nós estamos construindo um estádio que estará pronto em 2013, antes de 2014; no final de 2012... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): (15h47min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO (Requerimento): Sr. Presidente, nós temos vários Vetos a serem apreciados; temos também um Projeto de minha autoria, que pretende instalar um monumento em homenagem ao Movimento Escoteiro do Brasil, que é o PLL nº 069/11. Nós não pretendemos debater esse Projeto. Eu pergunto se há um acordo para nós votá-lo em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Eu submeto ao Plenário. Vereador Mario Fraga, por favor.

O SR. MARIO FRAGA: Pela Bancada do PDT, nós temos acordo para votar esse Projeto.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores dá acordo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Bernardino está com a palavra.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: A minha proposta foi no sentido de colaborar, de votar sem discussão. O meu Requerimento é no sentido de que o meu Projeto, o PLL nº 069/11, seja o primeiro a ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Bernardino Vendruscolo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 069/11. (Pausa.)

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 069/11.

O SR. ADELI SELL: Caro Presidente, Mauro Zacher; colegas Vereadoras; Vereadores; senhoras e senhores, discutir monumentos de Porto Alegre é um tema muito importante, porque, em primeiro lugar, Porto Alegre não tem muitos monumentos; eu diria, inclusive, que Porto Alegre tem poucos monumentos, comparada com outras cidades importantes da América do Sul e da América Latina. Poucos monumentos! O problema está, portanto, na necessidade de termos monumentos significativos, e, se estou bem lembrado, nós devemos estar comemorando 100 anos do escotismo no Brasil no ano que vem.

Sei que há um trabalho em homenagem ao Georg Black sendo preparado pela entidade dos escoteiros aqui, do Rio Grande do Sul, para o próximo ano, 2013, se não me falha a memória; o Ver. Vendruscolo, seu proponente, deve saber melhor do que eu. Não há objeção ao monumento aos escoteiros, até porque essa é uma atividade de cidadania, porque é uma opção das pessoas, posso ou não ser escoteiro, é uma opção.

Nós sabemos que os escoteiros trabalham muito com a questão da formação da personalidade das pessoas. O problema está na guarda e manutenção dos monumentos em Porto Alegre, minha cara Fernanda Melchionna.

Há poucos dias, eu observava que, da Praça da Matriz, havia sumido a placa ao Vergara, que tem um monumento interessante ali na Praça da Matriz. Finalmente, foi recolocado.

Mas eu pergunto o seguinte: como vamos aceitar a destruição do Monumento ao Apolinário Porto-Alegre na Praça Argentina? O Apolinário Porto-Alegre foi o fundador do Parthenon Literário. Por sinal, tudo o que tem na Praça Argentina é abandono. Outro dia, eu falei para o Ver. Mauro Zacher, quando estive na Municipalidade como Prefeito em exercício, e, diga-se de passagem, ele fez bem ao atender a uma demanda minha, modéstia à parte, fazendo com que a SMAM fizesse uma ação nas três praças no entorno da Santa Casa. A Praça Dom Feliciano, em frente à Santa Casa, volta, Ver. Mauro Zacher, dois meses depois, a ter sujeira, insegurança, punção, esconderijo de droga e ladroagem. A Praça Raul Pilla, Ver. João Dib, do Partido Libertador, uma figura importante da história do Rio Grande do Sul – gostemos ou não de sua ideologia – é outra

praça abandonada. Do outro lado da rua, há a Praça Argentina, e lá tem exatamente esse monumento ao Apolinário Porto-Alegre no abandono.

Mario Fraga, e a Praça Garibaldi? Olhem o monumento a Garibaldi e a Anita. Estão faltando pedaços do monumento! Uma praça que deveria, pela manutenção de uma grande empresa de construção civil... E eu achei que o problema fosse com a empresa. Até acho que fiz uma injustiça um dia desses aqui: falei mal da adoção. Fui verificar, mas não, a empresa quis adotar o monumento, e a SMAM não deixou fazer a adoção, porque, segundo informações, a empresa não teria *expertise* – olhem que palavra bonita – para cuidar do monumento. Mas tem! Tem Alice Prati, que já recuperou e cuida de monumentos. Ela é de Porto Alegre, tem página na Internet e tem uma coluna num dos principais jornais da Cidade – portanto, tem gente capaz. Evidentemente essa empresa quis fazer isso, a municipalidade é que não quis. Portanto, eu vou votar favoravelmente a esse monumento, mas vou cobrar a manutenção, porque hoje não há manutenção dos monumentos de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 069/11.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente; Sras. Vereadoras; Srs. Vereadores, o Projeto do Ver. Bernardino Vendruscolo estabelece a reserva de área nas proximidades do Parque Marinha do Brasil e da Av. Beira-Rio para fins de instalação do monumento em homenagem ao Movimento Escoteiro do Brasil. Este Projeto diz, no seu parágrafo único do art. 1º (Lê.): “A área [área onde será instalada] referida no *caput* deste artigo [vejam bem] será definida pelo Executivo Municipal”. No art. 2º, diz mais (Lê.): “O monumento em homenagem ao Movimento Escoteiro do Brasil será constituído por obra de arte a ser escolhida mediante concurso promovido pela União dos Escoteiros do Brasil – Região do Rio Grande do Sul”. E, finalmente, no art. 3º (Lê.): “A construção, a instalação e a manutenção permanente do monumento em

homenagem ao Movimento Escoteiro do Brasil serão de responsabilidade da UEB/RS”.

Este é o Projeto, com um objetivo claro, preciso, seguro. O Parecer Prévio ofereceu uma breve referência, dizendo ao final (Lê.): “[...] o conteúdo normativo do artigo 1º da proposição implica destinação de espaço em bem público, daí decorrendo, vênua concedida, violação ao preceito da Lei Orgânica que atribui competência privativa ao Chefe do Poder Executivo [...]”.

Eu analisei este Projeto na Comissão de Justiça, Ver. Luiz Braz, Presidente da Comissão, e lá, com a concordância da totalidade da Comissão, salientei o seguinte (Lê.) “O alerta do Parecer Prévio deve ser devidamente analisado, pois, como bem acentua a promoção, fl. 9, o art. 1º, impugnado, tão somente estabelece que o monumento a ser construído pelo Movimento Escoteiro do Brasil será edificado em área definida [e eu sublinhei o definida] pelo Executivo Municipal, nas proximidades [sublinhado também] do Parque Marinha do Brasil.”

Então, não se invadiu competência. O Município vai definir qual é a área onde ele quer que se construa.

(Lê.): “Assim, não se vislumbra, no caso, a violação do preceito orgânico que confere competência privativa ao chefe do Poder Executivo de administrar os bens municipais, prerrogativa esta que não só é reconhecida pelo autor, como reafirmada no parágrafo único do art. 1º, de forma expressa e conclusiva. Em tais condições, entendemos que o Projeto não constitui afronta à legislação pertinente e, por consequência, deve tramitar normalmente, já que inexistente impedimento legal que o implique em vício constitucional e legal.”

É isto sob o aspecto da juridicidade: mérito. A Casa, então, tem que discutir o mérito, se é meritório ou não. Eu acho que, além de meritório – quero cumprimentar o Ver. Bernardino Vendruscolo –, é inteligente. Nós estamos fazendo aqui algo que normalmente nos pedem para fazer ao final. Nós temos que cancelar algumas iniciativas, mas já estamos dizendo da nossa vontade política de que o Movimento dos Escoteiros Gaúchos possa edificar o monumento às suas custas, com seus recursos, na forma que eles entendem adequado, e mantê-lo a vida toda. Ao Município cabe liberar uma área para eles fazerem. É inteligente a sua proposta, Ver. Bernardino Vendruscolo. Não é

só sob o aspecto da legalidade que eu a defendo; defendo, inclusive, quanto ao mérito. É meritório!

O meu tempo está se esgotando, Vereador, senão eu lhe daria o aparte, com muito prazer.

Mas fica registrado aqui. É legal, é regimental, tem mérito, merece ser aprovado. Eu só vim discutir aqui pela necessidade de demonstrar que nós estamos sabendo o que estamos votando. Não é uma coisa que, na última hora... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Haroldo de Souza reassume a presidência.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Elói Guimarães está com a palavra para discutir o PLL nº 069/11.

O SR. ELÓI GUIMARÃES: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Srs. Vereadores; Vereadoras; senhores escoteiros que honram a Casa com as suas presenças, inicialmente, eu quero saudar o Ver. Bernardino Vendruscolo pelo brilhante, oportuno e adequado Projeto, porque, há muito, se sentia a necessidade em nossa Cidade, principalmente, naquela área, diríamos, cívica, atlética, cultural, da nossa Cidade, um monumento evocando exatamente esse grande movimento, um movimento internacional, que é o movimento de escoteiros, o escotismo e, de resto, o Movimento Escoteiro Brasileiro, pelas suas finalidades, pela sua filosofia, que envolvem, da criança ao velho, diríamos assim, em que se prega exatamente a fraternidade, os princípios e valores da própria vida, da história, da solidariedade.

As suas características próprias são exatamente uma interação do homem com a natureza, através das suas equipes, de seus grupos, enfim, que realizam um papel extraordinário.

Por isso, colocar-se aqui um monumento evocando o escotismo, pelo que ele representa, é uma medida exatamente digna da aprovação unânime desta Casa.

Realmente, temos alguma experiência do Movimento, pouca, bem pouca, é bem verdade, mas é preciso estar alerta. É fundamental estar alerta no sentido de interagir, alerta no sentido de contribuir para o desenvolvimento do ser humano em todas as campanhas que faz o Movimento Escoteiro no mundo.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Agradeço o apoio de V. Exa., e dos demais colegas, e quero dizer que estamos convencidos do trabalho que faz o Escotismo, e que poderia fazer muito mais, se os governos colaborassem.

Vossa Excelência tem a prática do regionalismo gaúcho e sabe o quanto nós aprendemos com eles. E o Escotismo é dessa linha, os jovens que por lá passam levam essa marca para o resto da vida.

O SR. ELÓI GUIMARÃES: Exatamente, são valores imateriais que são praticados pelo Movimento Escoteiro, pelo Escotismo.

Ademais, tem a questão do monumento. O monumento é um livro aberto à sociedade, à população, marcando e demarcando ali os valores que devem ser preservados no sentido da Nação, no sentido de Pátria etc. e tal.

Portanto, minha homenagem a V. Exa., Ver. Bernardino Vendruscolo, e aos demais escoteiros aqui presentes. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 069/11.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Srs. Vereadores; Sras. Vereadoras; o Ver. Bernardino tem uma trajetória de muito debate sobre as obras de arte da Cidade, então, tenho a certeza de que ele, prudentemente, colocou no seu Projeto a manutenção. Eu quero, inclusive, louvar esse sentido, esse cuidado e aproveitar esta reflexão proposta, porque acho que esse trabalho que o movimento dos escoteiros faz com a juventude é muito meritório; constrói autonomia, consciência ambiental, solidariedade de grupo – eu tenho muita admiração. Acho que muitos jovens e crianças deste

Brasil, quiçá do mundo, construíram projetos de vida em função do trabalho do escotismo. E há ações solidárias, não quero aqui me repetir... Então, esse tema para mim é tranquilo, e acho que a gente faz, neste momento, uma reflexão de que esta Casa precisa fazer permanentemente e exigir do Governo Municipal políticas públicas de coordenação da implantação dos monumentos, das obras públicas e a manutenção do monumento e do seu entorno, porque não só os monumentos não são preservados, mas também são depredados, não são valorizados, não são apropriados pela cidadania, pela juventude. Já é um prejuízo muito grande para a nossa Cidade no sentido do pertencimento, no sentido da sua história. Nós, aqui, no ano passado, fizemos uma Quinta-Feira Temática, V. Exas. receberam o livro do Prof. Francisco, com todas as obras de arte desta Cidade, das vias públicas, o estado que elas estão e sabem o valor que elas têm, o valor de simbologia dos momentos históricos de constituição desta Cidade, deste Estado e deste País, da história da arte também e da história da morfologia, da estruturação urbana da cidade de Porto Alegre.

Ora, muito bem, a Prefeitura instalou e nunca mais, nunca mais fez intervenção nenhuma, nenhuma! A luz do entorno se vai. Pior ainda é quando a própria Prefeitura faz intervenções urbanísticas no entorno da obra pública e interfere na visibilidade, na proteção e na arte em si. Vou dar o exemplo do Monumento aos Açorianos, que, para mim, é a mais linda obra de arte, quiçá deste País, aqui pertinho da Câmara. É lindíssimo, belíssimo, estética e simbolicamente, e, para mim, ele deveria ser mais valorizado até do que o Monumento ao Gaúcho, mas sua base está sendo corroída. A própria Prefeitura, quando fez uma intervenção de iluminação, fez uns blocos de cimento. O Tenius, o artista, é vivo, tem sentimento, e a obra dele foi pensada para uma linha de horizonte limpa, e não com obstáculos na frente, o Monumento aos Açorianos e mais os blocos de cimento. Então, é uma falta de cuidado estético e até de respeito com o artista que fez aquela obra.

A obra Olhos Atentos, do Resende, que está aqui na beira do Guaíba, foi duramente atingida pelo Ver. Bernardino, como uma coisa inútil; no entanto, é uma obra de arte oriunda duma Bienal, de um artista nacional. Pasmem: a Prefeitura de Porto Alegre decidiu, no ano passado, retirá-la, e houve um

movimento nacional – para vergonha da cidade de Porto Alegre – e em São Paulo, entidades se mobilizaram, todo o mundo protestando, discutindo, questionando como um Prefeito, uma Prefeitura não respeita um artista reconhecido nacional e internacionalmente.

Portanto, urge, Ver. Bernardino e nobres Vereadores, que a Prefeitura apresente uma política pública de manutenção, de valorização e implantação dessas obras de arte... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): São 16h12min. Estamos discutindo o PLL nº 069/11, de autoria do Ver. Bernardino Vendruscolo.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 069/11.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em relação a um monumento em homenagem aos escoteiros, seria desnecessário, Ver. João Dib, argumentar a favor ou contra. Eu quis usar a tribuna para dizer que, quando eu vim para Porto Alegre – já faz tempo! –, eu fui estudar na Escola Técnica da UFRGS, e lá estava – meu amigo Carlinhos, o Carlos Chaise, um dos líderes do movimento, meu vizinho, meu amigo, meu companheiro. Está lá o Mário, que era ligado aos escoteiros, depois o Hermes Dutra, uma série de amigos que fui fazendo, também aprendendo o que é ser escoteiro. É muito mais do que pertencer a um movimento. É alguém que se doa, alguém que se preocupa com a cidadania, com a juventude, alguém que se preocupa com a solidariedade, quando se precisa tanto de solidariedade nos dias de hoje. Então, eu vou usar apenas dois minutos para dizer que uma homenagem aos escoteiros só será mais completo quando todos nós nos envolvermos um pouquinho mais com essa grande organização que tanto serviço presta para a sociedade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir o PLL nº 069/11.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; quero iniciar cumprimentando o Sr. Carlos Eduardo Chaise, Presidente do UEB do Rio Grande do Sul; o Sr. Nelson Fernando Prestes da Silva, Diretor Administrativo da União dos Escoteiros do Brasil-RS; o Sr. Gilmar Drago, representante do Grupo Escoteiro do Lindóia Tênis Clube; a Sra. Danielle Lodi, que representa o Grupo Escoteiro MBOABA, de Canoas; e o Sr. Pedro Ayete, que representa a Equipe Regional Pioneira do Rio Grande do Sul.

O que foi dito pelos meus colegas, nós já sabemos, que é a importância do trabalho desenvolvido pelos Escoteiros no Brasil, especialmente aqui no Rio Grande do Sul. O Nelson inicialmente me procurou; depois, junto com o Presidente Carlos Eduardo Chaise, e nós conversamos, eu lembro muito bem que falamos que há uma lacuna, há uma necessidade de as nossas escolas incentivarem mais essa prática do escotismo. E, evidentemente, nós precisamos fazer a nossa parte naquilo que é possível para incentivar e incrementar essa disciplina, porque há muito a ser feito. Os jovens precisam dessas atividades porque lá buscam muito da formação necessária para a vida na sociedade.

Quero também fazer um registro de que, há muito tempo, venho fazendo críticas a algumas obras de arte aqui de Porto Alegre, especialmente quanto à conservação. Temos um Projeto tramitando na Casa que busca mudar um pouquinho o enfoque, dizendo que as entidades, aqueles que são homenageados, ou aqueles que propõem a homenagem devem ficar, além da construção, com a obrigação da manutenção. É nesse sentido que o nosso Projeto sinaliza, porque me parece que, quando alguém recebe uma homenagem através de um monumento, de uma obra de arte, o culto permanente a essa obra é que vai concretizar a homenagem. Uma homenagem não pode ser simplesmente um momento de confraternização, caindo, depois, no esquecimento, delegando ao Poder Público a conservação do objeto. Nós sabemos que Porto Alegre tem muitos monumentos que estão em precárias condições, e isso vem acontecendo porque foram sendo construídas ao longo dos anos e, ao mesmo tempo, esquecidas.

Por isso quero fazer uma leitura breve daquilo que nós estamos propondo no PLL nº 069/11 (Lê.): “Art. 1º Fica estabelecida a reserva de área nas proximidades do Parque Marinha do Brasil e da Avenida Beira-Rio para fins da instalação de monumento em homenagem ao Movimento Escoteiro do Brasil. Parágrafo único. [E aqui há uma necessidade legal para isso.] A área referida no *caput* deste artigo será definida pelo Executivo Municipal. [Agora vem a parte importante, dentro daquilo que nós estávamos dizendo há pouco sobre a responsabilidade de construção e manutenção desse monumento.] Art. 2º O monumento em homenagem ao Movimento Escoteiro do Brasil será constituído por obra de arte, a ser escolhida mediante concurso promovido pela União dos Escoteiros do Brasil — Região do Rio Grande do Sul (UEB/RS). [Então, vejam o sentido democrático e a participação da família escoteira!] Art. 3º A construção, a instalação e a manutenção permanente do monumento em homenagem ao Movimento Escoteiro do Brasil serão de responsabilidade da UEB/RS”. Vejam os senhores e as senhoras que nós estamos deixando essa responsabilidade com os próprios escoteiros, diferentemente de outras tantas obras de arte e monumentos em Porto Alegre que não têm manutenção nem responsável. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para discutir o PLL nº 069/11.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras; Srs. Vereadores; meus senhores e minhas senhoras. difícil mesmo é construir o simples, e é por isso que vou pedir desculpas à Casa. Na segunda-feira, eu havia solicitado que este Projeto do Ver. Bernardino Vendruscolo fosse votado em primeiro lugar, até porque eu entendia que não haveria discussão. O monumento será feito através de concurso, a escolha do local será feita pela Prefeitura Municipal, e o homenageado, sem dúvida nenhuma, merece todo o nosso respeito e carinho. Peço desculpas em relação ao Requerimento que fiz, mantenho o mesmo ponto de vista: deve ser aprovado por unanimidade sem maiores problemas. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O que vale dizer que não haveria mais necessidade de discutirmos este Projeto, indo para a votação. Mas, já que esta é uma Casa Legislativa, vamos em frente.

O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir o PLL nº 069/11.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Ver. Haroldo de Souza, presidindo os trabalhos; Sras. Vereadoras; Srs. Vereadores; meu caro João Dib, ouvi atentamente, mas V. Exa. discutiu o Projeto. Então, parece que, quando V. Exa. fala, existe uma determinação. Desta vez eu vou discordar, porque gosto de discutir o Projeto, faço questão. Sei que talvez não tenha essa veemência como eu estou dizendo, mas é importante fazer o registro.

Primeiro, quero saudar o nosso amigo Carlos Chaise e os demais chefes e escoteiros aqui presentes, sintetizando, aqui, o Movimento da União de Escoteiros do Brasil. Por trás do monumento, é importante entender o espírito do Movimento Escoteiros, que, como já foi dito, está comemorando 102 anos este ano. É um Movimento que ajuda, basicamente, na formação dos jovens, dos adolescentes, vamos dizer assim, dos pré-adultos, tanto na questão da fraternidade, na solidariedade, como na questão da educação, e, principalmente, quanto ao companheirismo; ensina as pessoas a viver em coletividade.

Quero parabenizar os chefes, porque o trabalho é de doação; enquanto alguns reclamam do fim de semana, esse trabalho é nos fins de semana e é gratuito. Mas quer retribuição maior do que acompanhar, ao longo dos anos, a evolução daquele jovem? Quando chega na maturidade, ele tem orgulho de dizer que fez parte desse Movimento.

Então, não é por acaso que esse movimento, hoje, é mundial; pelo que aqui consta, está disseminado em 216 países do mundo – não sei se é bem esse número.

Quero dizer que o monumento é para perpetuar aquilo que tem de mais importante, ou seja, a colaboração do Movimento para a construção da família, visando à cidadania.

Portanto, parabéns ao Ver. Bernardino por essa iniciativa, porque, realmente, quem trabalha com jovens sabe da sua importância e do seu significado.

Então, mais uma vez, parabéns a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 069/11, por cedência de tempo do Ver. Mauro Pinheiro.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, contando com a paciência de V.Exas., eu queria trazer mais alguns elementos. Acho que obras públicas têm que ser pauta permanente nossa aqui nesta Casa.

Estrela Guia: muitos admiram aquela obra; há controvérsias, claro, porque uma obra de arte não é só para ser admirada: ela tem que fazer pensar, espantar. A Estrela Guia é uma obra de arte que se encontra na Av. Padre Cacique, passando o Gigantinho. É uma bela obra de arte, toda forrada de azulejos. Nós estivemos lá, no Projeto Esculturas Públicas, no ano passado. O autor, Gustavo Nakle, explicava às crianças a sua origem: ela é a Estrela Guia II, porque a Estrela Guia I ficava na beira do Guaíba, Ver. Braz, e a roubaram – é uma obra que sumiu na cidade de Porto Alegre.

Eu falo aqui para o Movimento Escoteiro do Brasil, porque não é uma coisa fácil a manutenção, a proteção de uma obra pública na cidade de Porto Alegre. O artista recebeu um recurso, depois não funcionou, e ele fez, às próprias custas, aquela forração com azulejos, que deixou belíssima a obra e que tem uma manutenção. Nem sei se foi na nossa época ou na época das atuais Administrações – eu não estou aqui fazendo uma denúncia pública, mas estou dizendo que houve uma mudança na rótula, que diminuiu o espaço, a área de parque em torno daquela obra pública. O artista estava indignado com isso, porque a gente não se acostumou a tratar os nossos artistas com o respeito que eles têm que ser tratados. Uma obra é multidimensional, ela não é linear,

chapada, e não há condições de interferir na paisagem e, tudo bem, a obra sobrevive bem. Quero chamar a atenção para isso. Ele estava indignado com isso, porque ela passou a não ter espaço para fruição – uma obra que tu não podes chegar perto sem risco de ser atropelado, de ter carro passando por cima, um barulhão. Ele disse que não era essa a intenção; a obra tinha que ter uma interação.

Também falo da Mamãe Bebê, que uma obra de arte maravilhosa, na Perimetral, esquina com a Av. Borges de Medeiros, uma imensa mamãe grávida. Nasceu, Ver. Reginaldo Pujol, do movimento do Secretário da Saúde, o PIM-PIA, por uma infância melhor; é uma obra que tem a intenção de marcar o cuidado com a criança – a Mamãe Bebê. A intenção da artista, Arminda Lopes, era que ficasse num parque, onde as mães com os bebês, com os carrinhos, pudessem fazer uma caminhada, e ela ser um ponto de referência. Não houve acordo – e o Ver. Beto Moesch conhece bem este tema, porque ela se referia a V. Exa. como Secretário da SMAM – nenhum para ser no Parque da Redenção, que era um dos elementos. Aí, a obra foi parar naquele canto, não sendo possível se chegar perto dela, pois, naquele canto, imaginem, na Av. Borges de Medeiros, perto da Perimetral, há sempre carros passando. Muita gente na cidade de Porto Alegre não conhece aquela belíssima obra, o Monumento Mamãe Bebê. Não há jeito mesmo de fazer alguma atividade com as crianças, os bebês e as mães ali, porque fica em uma nesga mínima de terra, em meio a um trânsito intenso. A artista é muito revoltada com a localização dessa obra de arte.

Então, quero também chamar a atenção, Ver. Bernardino, que a localização é muito importante. Nós inauguramos, no ano passado, uma obra de arte belíssima, que registra os desaparecidos na ditadura militar, aqui no Parque Marinha do Brasil. Quando a gente olha, a obra não se distingue da paisagem: ela é marrom e fica misturada com o verde. Quando passamos de carro, não enxergamos. Por isso, chamo a atenção que é muito importante que a Prefeitura crie um grupo de implantação e análise do entorno, bem como sua preservação, senão a obra de arte perde o sentido, tornando-se invisível na cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Beto Moesch está com a palavra para discutir o PLL nº 069/11.

O SR. BETO MOESCH: Sr. Presidente; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu até não ia me manifestar, mas achei oportuno. O Ver. Garcia até vai me ajudar a esclarecer.

O Projeto do Ver. Bernardino é interessante, porque prevê a colocação de um monumento, com a responsabilidade pela colocação e preservação desse monumento a cargo de quem vai colocá-lo.

É muito fácil, por exemplo, o Rotary Club, que é uma instituição querida por nós, colocar um monumento na Cidade, e a Cidade ter que cuidar desse monumento. A instituição que colocou o monumento é que tem que cuidar do monumento. A Cidade não é só da Prefeitura; é de todos nós. Se o interesse naquele monumento é daquela instituição – geralmente o interesse não é da Cidade, com exceção dos monumentos como, obviamente, o Açorianos, o Júlio de Castilhos, sim, esses monumentos são de competência da Cidade – se são monumentos que partem de interesse de uma instituição privada ou comunitária têm que ser cuidados por essas instituições.

Então, aqui é um ponto positivo do Projeto do Ver. Bernardino Vendruscolo, porque ele coloca no Projeto que quem tem cuidar, depois, é a própria instituição que vai colocar o monumento.

Com relação, Ver.^a Sofia Cavedon, à colocação de monumentos em parques e praças, aí é muito diferente. Para quem não sabe, todos os parques e todas as praças na cidade de Porto Alegre têm um projeto. Isso não é uma questão de Governo, Ver. João Antonio Dib; isso é da boa técnica da Prefeitura de Porto Alegre. A cidade de Porto Alegre é referência em projetos de praças e parques. Aliás, a própria Redenção é uma referência, desde 1935, no Brasil; não tem a ver, Ver. Tarciso, com um ou outro Governo. Estou dizendo isso, Ver.^a Sofia, porque nossos parques e nossas praças têm um projeto. Colocar um monumento altera o projeto. Então, para colocar um monumento, por exemplo, no Parque da Redenção, em um primeiro momento, teria que ser alterado o projeto. E mais: é um parque tombado pelo Patrimônio Histórico, que, por lei,

tem que passar pelo Conselho Municipal respectivo. Então, não é assim colocar um monumento em um parque ou em uma praça, nem poderia ser. O parque pertence a toda a população; o monumento, não. O monumento, geralmente, é de interesse de uma instituição específica; ao contrário do monumento, por exemplo, do Monumento ao Expedicionário. Aquele monumento pertence à Cidade, tem que ser cuidado pela Cidade, está no projeto da Cidade. Agora, para colocar um monumento qualquer em um parque, isso tem que ser submetido àquele projeto; ele até pode ser colocado, mas dentro de uma alteração do projeto, porque, senão, nós teremos aqui, na Cidade, penduricalhos de monumentos comprometendo a paisagem desses parques e dessas praças. Então, não é assim colocar um monumento: tem que se respeitar o projeto daquela área verde. E, como o Ver. Bernardino, autor da matéria, colocou aqui, tem que cuidar depois do monumento, porque o custo será da sociedade. Então, vamos cuidar um pouco quando se fala: “Ah, não se deixou colocar um monumento num parque”. É a equipe técnica que assim entendeu ou o Conselho do Patrimônio Histórico, no caso da Redenção. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Não há mais quem queira discutir. Em votação o PLL nº 069/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

Em votação o Requerimento s/nº, de autoria do Ver. Mario Fraga. (Pausa.)

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento do Ver. Mario Fraga.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós fizemos a votação da Emenda nº 12, proposta pelo Ver. Reginaldo Pujol. Quero recordar V. Exas. que destaquei o inciso III. O inciso III suprime três incisos do art. 8º que o Governo mandou para esta Casa. O art. 8º lista os empreendimentos que serão objeto de EIV. O Ver. Reginaldo Pujol

pretendia três empreendimentos dessa lista. Eu recorro que V. Exas. não concordaram; esta Casa não concordou. Três empreendimentos, quais sejam: o clube com área adensável acima de 5.000 metros quadrados. Ver. Mario Fraga, eu faço um apelo, não é possível V. Exa. requerer uma nova avaliação dessa retirada, porque um clube com mais de 5.000 metros quadrados terá piscina, quadra de tênis, festas; então, para instalar um clube – que serão pouquíssimos –, tem-se que fazer o EIV, porque haverá impacto de vizinhança! Tem-se que criar medidas mitigadoras! Eu não entendo a retirada do item III: comércio atacadista com área adensável acima de 5.000 metros quadrados. Comércio atacadista – vamos de novo –, por ali vão circular caminhões, são grandes volumes de produtos atacadistas. É explicável que o Governo entenda que tenha que ter EIV, mas não que esta Câmara reduza a proteção dos cidadãos na vizinhança de um comércio atacadista ou de um clube. O terceiro item que o Vereador propõe a retirada, trata de centro de eventos com área adensável. Centro de eventos como o Pepsi on Stage! Ali se reúnem duas mil pessoas num *show*. Tem-se que avaliar se um centro de eventos pode ser instalado aqui, lá ou acolá, se não trata um impacto de vizinhança.

Então, a Câmara não deu os 19 votos de maneira prudente, séria e consequente e, portanto, faço um apelo para que nós não concordemos em renovar essa votação. O texto do Governo, neste aspecto, está bastante prudente, coerente; propõe que tenha EIV, e acho que a Casa deve ser bastante responsável com esses tipos de eventos.

Nós estamos vivendo uma situação de grande conflito no bairro Cidade Baixa. Esta Casa está construindo uma intervenção. E vejam: não é de equipamentos desse tamanho, há pequenos equipamentos na Cidade Baixa, e os moradores estão criando uma crise enorme a ponto de o Secretário Valter sugerir ou pensar em acabar totalmente com a música ao vivo. Nós não queremos isso na Cidade. Nós queremos uma cidade miscigenada; nós queremos uma cidade com centro de eventos, com clubes, com barzinhos. E ao mesmo tempo nós queremos que as pessoas morem bem, perto desses equipamentos e tenham o seu momento de sossego. Então, essa miscigenação, essa compatibilidade de convivência só vai acontecer se, na hora da aprovação do Projeto, se verificarem todas as consequências da instalação desse Projeto. E é essa a

novidade do EIV na cidade de Porto Alegre: a novidade de que, sim, é obrigatório ter medidas mitigatórias para que se instale determinado empreendimento. Então, o Município ficará protegido, porque, hoje, o Município, ou consegue, na política, na força, bancar; ou ele não tem proteção para garantir algumas medidas mitigadoras dos impactos de vizinhança.

Então, eu faço um apelo a Vossa Excelência, para mantermos a votação que fizemos, que mantenha o texto do Governo e mantenha... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento s/nº, de autoria do Ver. Mario Fraga.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, não há dúvida nenhuma de que a tradição da Casa, reforçada pelas disposições regimentais, assegura plenamente a prerrogativa de que aqueles que tenham projetos de seu interesse vencedores, sem satisfação ao quórum regimental, especialmente quando esse é mínimo – caso de Projeto que obteve 18 votos contra cinco e , logo em seguida, teve a outra parte desse dispositivo aprovado por 20 votos contra cinco –, é um direito que assiste aos 18 que votaram favoravelmente buscar a renovação da votação.

Ver. Mario Fraga, experiente, diligente que é, nada mais fez do que utilizar um expediente que frequentemente é usado nesta Casa Legislativa, não só quando a diferença é um único voto, mas quando é de até três votos. Então, é pacífico esse particular. O mérito do que está escrito, que confusamente a Ver.^a Sofia vem enfocando desde a ocasião, nós vamos discutir quando da renovação da votação. Hoje, agora, é simplesmente o seguinte: reconhece a Câmara que, regimentalmente, é um direito de quem vive uma situação como esta ver a votação renovada ou não. Se entendermos que não, esse dispositivo regimental passa a ser letra fria, letra morta dentro do nosso contexto normativo. Repito, Ver. Brasinha: faremos ou não faremos uma nova votação? É um direito ou não de quem teve 18 votos a favor contra 5 contrários ver

renovada a votação? Quando vários Vereadores... Inclusive o Ver. Raul, que chegou meio minuto após a votação, claramente votaria a favor.

Por isso, Sr. Presidente, a discussão pode se prolongar, mas, em verdade, o que está em jogo é tão somente isto: se é correto ou não se renovar a votação nessa circunstância. Ora, será gravíssimo precedente se a Casa entender que não é correto, que, na circunstância aqui arrolada, não ocorra uma renovação de votação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento s/nº, de autoria do Ver. Mario Fraga.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu concordo com o Ver. Reginaldo Pujol: foram 18 votos a 5, mas eu acho que hoje também vamos ter o voto da Ver.^a Sofia, Ver. Reginaldo Pujol, porque eu a vi, ontem, em uma passeata – eu concordo e também estaria nessa – na Cidade Baixa, pedindo liberdade para os músicos tocarem, de os bares funcionarem -; por isso acho que hoje ela vai votar a favor. Depois da passeata que ela participou ontem, Ver. Luiz Braz, a Ver.^a Sofia Cavedon vai dar o décimo nono voto, e mais alguns, porque ela estava feliz. A Ver.^a Fernanda Melchionna participou nas outras vezes, mas ontem eu vi a Ver.^a Sofia Cavedon incorporada, defendendo as músicas, defendendo os bares. Ontem, eu acho que ela estava certa. Que bom, Vereadora, que a gente concorda, pelo menos uma vez! Eu só vim a esta tribuna para dizer isso. Conseguimos o voto da Sofia Cavedon na passeata de ontem, na Cidade Baixa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento s/nº, de autoria do Ver. Mario Fraga.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Srs. Vereadores, também venho dizer que, realmente, por diferença de um voto... Fica notado que a Ver.^a Sofia é capaz de mudar o voto. Mas também o Ver. Cecchim me alertou: a Ver.^a Sofia sempre foi contra o comerciante, os bares, os restaurantes. Sempre foi contra. Sempre, Vereadora! A senhora sabe que foi contra sempre. Tivemos o Projeto dos bares e restaurantes; aliás, alguém do seu Partido votou comigo, e a senhora sempre foi contra, e agora foi lá... Veja como as coisas mudam. Mudam! Está chegando perto das eleições, não é? Aí querem liberar. O Ver. Valter Nagelstein também votou contra e agora está querendo fazer acerto com o horário, porque a Lei permite até às 2h nas sextas e sábados. E assim a Ver.^a Sofia. Como muda, Ver. Cecchim! As coisas mudam.

Por isso eu digo: eu não mudo nunca! Jamais eu mudo! Nem que não queiram votar em mim, eu não mudo. Não mudo! Eu tenho palavra e sustento o que eu falo. Se votei contra, vou e voto contra; se votei a favor, pode doer o que doer, eu vou votar sempre de acordo com a minha convicção e a convicção daquelas pessoas que acreditam em mim. A Ver.^a Sofia mais uma vez demonstra fraqueza, Vereadora! A senhora demonstra fraqueza, porque a senhora bateu contra mim por quatro anos. Quatro anos sempre... Lembra bem, Vereadora! Eu não acredito que a senhora foi lá ontem. Pena que estou muito gripado, senão eu estaria lá também ontem, eu queria ver o seu depoimento. Eu vou dizer: então, a senhora mudou. Será que mudou por causa da eleição?

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Em votação nominal, por solicitação da Ver.^a Sofia Cavedon, o Requerimento s/nº de autoria do Ver. Mario Fraga, que solicita renovação de votação do item III, Emenda nº 12 ao PLCE nº 003/11. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 17 votos **SIM**; 5 votos **NÃO** e 1 **ABSTENÇÃO**.

Conforme o Regimento, a renovação de votação ocorrerá na próxima segunda-feira.

Em discussão o PLCL nº 006/11, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCL nº 006/11, com Veto Total.

O SR. ADELI SELL: Meu caro Haroldo; demais colegas, temos que entender alguns vetos governamentais; é um Projeto simples, porém claríssimo, necessário.

Uma cidade que não se planeja, uma cidade que não se organiza vira uma verdadeira esculhambação. Vamos ser claros: Porto Alegre está deixando a desejar. Não precisamos ir longe, há cidades muito próximas de nós, de tamanhos variados, como Curitiba; temos que falar, por exemplo, das paradas de ônibus limpas e iluminadas em Florianópolis. Já Porto Alegre é aquela esculhambação.

Hoje temos os contêineres, que, na verdade, deveriam ser dois: um para o lixo seco, reciclável, que ainda é jogado na calçada, e a gente reza para o caminhão passar; um para o lixo de cozinha, não reciclável, que atualmente é jogado dentro dos contêineres, quando não é misturado ao lixo seco. Não bastasse essa mistura toda, a gente também encontra pedaços de pau dentro dos contêineres; vidros jogados ao lado deles, como eu vi hoje, porém não pude fotografar na hora, porque estava atrasado e sem a máquina, mas eu gostaria de ter tirado uma foto para mostrar o perigo, o desleixo, o descaso e a falta de educação em relação à limpeza urbana em Porto Alegre.

Eu tenho visto cidades em que tenho estudado a questão urbana permanentemente, exaustivamente, e tenho visto como nós ficamos atrasados. Mesmo em cidades que têm um número significativo de ambulantes, isso não ocorre. Recentemente, vi Cartagena das Índias, onde se vendem todos os tipos de frutas e sucos possíveis e imagináveis na rua, e não se vê nenhuma casca de fruta jogada no chão, absolutamente nenhuma. Não vi, também, resíduos de construção jogados nas calçadas. Também não vi descarte de sofás em lugar nenhum. Aqui a gente vê no Arroio Dilúvio.

E o que o Vereador – hoje, Deputado – Oliboni propôs é aquilo que já se fez, no passado, em Porto Alegre e que se faz em muitas cidades: um dia específico, se comunica, Ver. Waldir Canal, que, sábado pela manhã, passa o descarte de todas as coisas e objetos que não quer dentro da sua casa, e, ao

meio-dia, começa o recolhimento do Centro Histórico, com caminhão especial, desse tipo de resíduo. Aí se faz uma triagem, pode-se, inclusive, ajudar pessoas pobres com materiais possíveis de serem usados. Nós, que temos uma visão humanista; nós, que temos uma visão de sustentabilidade, defendemos que as coisas sejam assim, devemos fazer assim. Não entendo por que haveria algum motivo para ser contra essa legislação. Nenhum motivo. Pelo contrário, deveria ser louvado e inclusive ser enfatizado que foi um Vereador da oposição que fez uma proposta, e o Governo adere a esta proposta. Aqui, na gestão do Ver. Sebastião Melo, esteve presente o ex-Prefeito de Bogotá, Henrique Peñalosa. Lembram quando ele esteve aqui? Ele falou de um conjunto de ações em Bogotá chamado “Amor por Bogotá”, e nós estamos copiando aqui: “eu cuido, eu curto”. Eu cuido, eu curto; eu curto, eu cuido. Cuida o quê? Não cuidamos da Cidade; então não podemos curtir. A ideia é genial. Mercadologicamente falando, em termos em *marketing*, é ótimo, mas não está funcionando. Entre a proposta e a realidade, há uma diferença muito grande. O bota-fora poderia ser exatamente o “Eu Cuido”, ponho só no dia do bota-fora; “Eu Curto”, porque a Prefeitura faz o recolhimento. Eu cuido, eu curto. Na prática, seria a proposta do bota-fora. Obrigado, Ver. João Dib.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLCL nº 006/11, com Veto Total.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Srs. Vereadores; Sras. Vereadoras, mais uma vez, Ver. João Antonio Dib, meu amigo e Líder do Governo, é difícil entender o Governo. O excelente Projeto do Ver. Aldacir Oliboni, que hoje é nosso Deputado Estadual, a respeito do bota-fora, Ver. Idenir Cecchim, nada mais é do que a organização, Ver. João Dib, para a comunidade.

Ver. José Freitas, é uma organização, para que a comunidade, principalmente da periferia, saiba que, naquele mês, naquele dia, naquele horário, vai passar um caminhão da Prefeitura para recolher aquele sofá velho, aquela cama que não presta mais, aquele restinho de obra, alguma coisa que esteja

atrapalhando na sua casa. O morador poderá colocar aquilo na rua, sabendo que o caminhão, naquele dia, naquele horário, vai passar para recolher o material.

Mas a Prefeitura é contra, Ver. João Antonio Dib, a organização da comunidade! E o que acontece? Essa comunidade pega aquele sofá velho, aquela cama velha, aquele entulho da sua casa e larga em qualquer lugar, criando um lixão, em vez de nos organizarmos. O Veto a este Projeto cria desorganização: a pessoa larga em qualquer lugar, em qualquer dia, e aí se criam os lixões nas comunidades, Ver. Haroldo de Souza. Vereador que tem pé no barro, que caminha na comunidade, sabe como estão se proliferando esses lixões, porque as pessoas não têm onde colocar esses entulhos.

Este Projeto do Ver. Aldacir Oliboni, nosso Deputado Estadual, cria essa organização, deixa a cargo do Município criar esta organização: estabelecer, Ver. Pujol, um dia para o recolhimento. Nós, Vereadores, que conhecemos a realidade, aprovamos o Projeto, e o Município, o Prefeito Municipal, veta completamente o Projeto, dizendo que não é responsabilidade do Município, que as pessoas têm que pagar para que recolham esse lixo. Claro que, se for lixo de grandes obras, tem que ser responsabilidade do empreendedor, Ver. Cecchim – o senhor, que trabalha com obras, sabe disso. Agora, na comunidade, não se pode aceitar que queiram cobrar taxas ou dizer que é responsabilidade do morador, porque vai haver um custo muito maior para o Município se o morador jogar esse lixo na esquina, vai criar um lixão, vai colocar fogo – e depois a gente sabe o que acontece, Ver. João Antonio Dib – ou vai para o arroio, como aconteceu no Arroio Sarandi, que estava cheio de entulho. A comunidade não tinha onde colocar, ela não tem culpa, porque não tem onde colocar, joga em qualquer lugar, Ver. Alceu Brasinha, e o que acontece? Na hora da chuva, o arroio está cheio de lixo.

Portanto, o Projeto do Vereador, hoje Deputado, Aldacir Oliboni, vem para contribuir com a organização, para que a Prefeitura se organize e coloque um dia específico para o recolhimento desse material que hoje está sendo jogado pelas esquinas, está sendo colocado fora de qualquer forma, sem responsabilidade.

Então, a Prefeitura Municipal, como eu tenho falado, tem que assumir as suas responsabilidades, e uma delas é a de recolher esse lixo. Foi colocado no Veto que não é responsabilidade do DMLU, que as empresas... A empresa, tudo bem que pague; agora, o Município tem que assumir a sua responsabilidade. Este é um bom Projeto, vem ao encontro da realidade da nossa Cidade. Nós queremos que os Vereadores votem favoravelmente, porque tenho certeza de que é um bom Projeto, vai ser útil à Cidade, a sociedade vai agradecer, e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre não pode se privar do seu trabalho. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir o PLCL nº 006/11, com Veto Total.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras; Srs. Vereadores, quero, primeiro, tentar buscar esclarecimentos, porque, muitas vezes, nós, na Comissão de Constituição e Justiça, votamos favoravelmente a um Projeto, porque ele tem juridicidade; depois, no mérito, nós podemos votar diferentemente. Precisamos fazer essa separação.

Eu quero dizer que, no mérito, votarei com o proponente do Projeto, ainda que, lá na Comissão de Constituição e Justiça, eu tenha votado diferente – por questão de mérito. E mais ainda: na última reunião da CCJ, voltei a trazer o assunto que eu tenho debatido nesta Casa, que é a busca que nós precisamos implementar do encontro de um instrumento entre um Projeto e um Pedido de Providências, desvalorizando o projeto e indicação, o procedimento de indicação do Legislativo para o Executivo. Com certeza, seria um instrumento mais ágil, não teria todos os trâmites que um projeto tem nesta Casa, e nós atenderíamos a ânsia do Parlamentar, quando ele busca dar uma satisfação à sua comunidade para mostrar que ele está fazendo a sua parte.

Muitas vezes nós, Parlamentares, encontramos dificuldade de mostrar à sociedade que não compactuamos com aquele procedimento. E este talvez

fosse o caminho: buscar a valorização, o instrumento que está aí, mas que não seria bem esse, da indicação Parlamentar.

Buscando um exemplo, nós temos hoje um sistema de recolhimento de lixo em Porto Alegre que melhorou muito, mas muito mesmo, mas ele está incompleto na medida em que ele atende somente ao lixo orgânico. Nós não podemos querer que a população – e muitos chegam tarde da noite e saem cedo, para não dizer na madrugada – tenha que guardar o tal do lixo seco em casa e esperar o dia certo para colocá-lo à disposição do recolhimento de lixo. Muitas vezes, essas pessoas não têm condições. E também nós exigirmos que essas pessoas fiquem estocando lixo dentro de casa é chover no molhado. Nós precisamos dar condições. Nós não podemos ficar aceitando essa ideia de que somente um contêiner para recolhimento de lixo orgânico é suficiente; precisamos ter lá, na via pública ou onde quer que seja, dois contêineres: um para lixo seco, outro para lixo orgânico.

E aí eu chego a fazer um desafio. Se lixo seco ou lixo seletivo tem valor, por que nós precisamos pagar para que eles recolham? Por que não se tenta uma Parceria Público-Privada, iniciando por um dos bairros da Capital como experiência e, no futuro, desonerando o próprio Poder Público e fazendo um recolhimento de lixo seletivo mais bem feito? Por que não se faz isso?

É nesse sentido, como provocação, que eu vou votar pela derrubada do Veto, porque acho que nós estamos, de forma equivocada, aqui em Porto Alegre, dificultando a colocação e o recolhimento do lixo seco ou seletivo, como queiram. Quem mora em casa, muitas vezes, tem árvores plantadas e tem dificuldade: quando cai um galho, não sabe onde colocar. Não podemos achar que as pessoas vão tomar essa providência. É muito difícil administrarmos isso; melhor o Poder Público colaborar.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para discutir o PLCL n° 006/11, com Veto Total.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras; Srs. Vereadores; meus senhores e minhas senhoras, Legislador

Municipal legisla dentro dos limites da Lei Orgânica; Prefeito administra a Cidade dentro dos preceitos da Lei Orgânica, da Constituição e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ora, o Vereador, hoje Deputado, Aldacir Oliboni propõe que se faça, através de lei que caberia ao Prefeito fazer, o que ele quer. Ele coloca aqui um artigo (Lê.): “art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.”

Pela Lei de Responsabilidade fiscal, não pode fazer isso, não cabe ao Vereador fazer isso. Agora, se o Vereador quer solucionar o problema – e o Ver. Mauro Pinheiro vai ficar brabo comigo –, por que ele não quis solucionar quando o seu Partido estava na Administração? Por quê? Por que ele não fez esse projeto de lei? Porque não seria aceito. Mas, se ele quer solucionar, por que ele não se dirigiu ao Diretor do Departamento Municipal de Limpeza Urbana e propôs a ele: “Nós podemos fazer isto? Qual é a maneira que dá para fazer?” Não, ele não está interessado nisso; ele está interessado em aparecer como prefeito, um prefeito dentro da Câmara. Então, ele impõe ao Prefeito, à Administração Municipal, contrariando o art. 94 da Lei Orgânica, aquilo que ele deseja, mas ele poderia fazer um Pedido de Providências solicitando ao Executivo que escutasse essa proposta. Eu já vi esse tipo de serviço na Alemanha, lá em Hamburgo, só que era pago. Havia dias certos da semana que eles passavam nos locais, mas aquele material transportado pelo departamento de limpeza urbana de Hamburgo era pago. Não era assim, sem mais, nem menos, não dizendo da onde vem. “As despesas correrão por conta das rubricas orçamentárias competentes, podendo ser suplementadas”.

(Interrompe-se a Sessão por falta de energia elétrica às 17h11min.)

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: (17h13min) Sr. Presidente, é fácil atribuir aos outros os nossos desejos. Se não é o Prefeito, não vai fazer lá na Assembleia alguma coisa para o Governador fazer, porque lá ele é do Partido do Governador. Aqui ele nunca fez quando o Governo era do seu Partido. Agora, como o seu Partido não está no Governo, então ele fez uma série de projetos

determinando para o Executivo, sem ter atribuições na Lei Orgânica, na Constituição, em qualquer lei, para fazer o que ele está fazendo.

Portanto o Prefeito, ainda que entenda que seja bom esse tipo de trabalho, não pode fazer outra coisa senão vetar, porque ele jurou cumprir a Lei Orgânica, como também o ex-Vereador jurou cumprir. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.).

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 006/11.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Srs. Vereadores; Vereador-Presidente Mauro Zacher, numa primeira reflexão que eu faço, aproveito para responder aos Vereadores Cecchim e Brasinha, nossos colegas, que não há nenhuma contradição entre o fato de eu estar caminhando no bairro Cidade Baixa, defendendo a música ao vivo nos bares da cidade de Porto Alegre com a minha posição sobre o horário de funcionamento dos bares. Aproveito e respondo, porque eu tenho muita tranquilidade; para mim, mantém a coerência: até às dez da noite, tem que ter música ao vivo; depois, Lei do Silêncio, com vedação sonora dentro dos bares. Pode virar a noite, até de manhã! A Prefeitura, como é incompetente para fazer a mediação entre o direito do cidadão que mora e a cultura que tem que vibrar na Cidade Baixa e na Cidade inteira, resolve, anuncia que vai simplesmente proibir. E é proibido proibir, gritávamos todos nós, ontem, na Cidade Baixa.

Mas me espanta a argumentação do Governo; não é nem a sua, Ver. Dib! A sua eu aceito. Eu sei que, neste País, o Executivo manda e desmanda, e os Vereadores não podem mandar o Executivo fazer A, B, C. Só que foi diferente nos *kits* de material do Ver. Tarciso; são dois pesos e duas medidas. São bons os *kits* do Ver. Tarciso? São bons. O Prefeito Fortunati anunciou, lá no Moradas da Hípica, para toda a comunidade escolar que as crianças estavam recebendo *kit* escolar porque era uma lei do Ver. Tarciso. Mas é uma lei que implicou gasto! E por que o Ver. Oliboni não pode? Porque não é da base do Governo? Qual é o critério republicano que tem nessa conversa? Nós estamos na República ou no tempo do reinado e da distribuição de benesses? É

República, não é, Ver. Dib? Pois o argumento assinado aqui pelo Vereador, então Prefeito em exercício, Mauro Zacher, para vetar não era o critério da exclusividade do Prefeito para definir programas, projetos e gastos da Prefeitura. Não! Pior, eu vou para outro aspecto. Guardem este critério “dois pesos, duas medidas.” Quem a Prefeitura acha que tem que agradar, dá para criar despesa; mas para quem o Governo acha que não tem que agradar diz não dá para criar despesa. Isso é usar o cargo público de forma clientelística e partidária. Nada contra V. Exa., Ver. Tarciso – não tem nada a ver! Eu o dei como exemplo, poderia dar outros.

Mas o argumento é triste. Sabem o que ele diz? “A lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos diz que quem gera o lixo tem que dar conta do seu lixo.” Eu tenho acordo! Só que, de novo, dois pesos, duas medidas, porque aqui, no Centro, se eu ligar para o DMLU e disser que estou com um armário quebrado e quero botá-lo fora, o DMLU agenda comigo, vai lá na minha rua e recolhe. Recolhe, o que acho que está correto, porque eu pago a Taxa de Lixo. Então, se eu produzo resíduo, eu estou pagando a Taxa de Lixo! Eu, assim como o cidadão da Restinga, da Ponta Grossa e da Vila Nova; nós estamos ajudando a dar destino ao nosso lixo. A população mais distante, mais carente da cidade de Porto Alegre que tem que botar fora grandes volumes não tem um carrinho para colocar o lixo no bagageiro e levar para os Ecopontos. De acordo com o que consta aqui, a Prefeitura diz que cada um que gerou tem que se virar; a Prefeitura tem os Ecopontos, levem lá! Como é que um morador vai vir de ônibus lá da Restinga, carregando restos de sofá? Ou vai contratar uma carroça? Ou vai contratar um táxi? Vai ficar mais caro do que comprar um sofá novo. Ou vai botar fogo ou vai jogar no valão! Então, tem que ter o Bota-Fora! Se não é pela Lei do Ver. Aldacir Oliboni... se me argumentassem com o critério da regra legal, ainda vá lá. Mas esse critério, não, porque o cidadão da periferia paga imposto e Taxa de Lixo também!

Concluo falando na incongruência das posições deste Governo, porque ele alega isso e, com isso, se omite tanto com a periferia, quanto com a grande produtora de lixo, que é a construção civil com seus resíduos. A Cidade está cheia deles, porque a Prefeitura diz que eles têm que tratar do resíduo e não se mexe! E também não pode multar porque não licencia transportadora. Então, é

uma omissão criminosa com o meio ambiente da cidade de Porto Alegre, assim como o Bota-Fora ter virado demanda do OP, ter perdido sistematicidade é crime, porque a população pobre que não tem como carregar para o Ecoponto tem que jogar no seu pátio, no seu lado, na sua rua, as coisas vão para o valão, ferem a natureza, entopem as valas, e ficamos mal como estamos. Então, não está bem, Ver. Dib, não está bem! O seu argumento eu aceitaria. (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Estão suspensos os trabalhos da presente Sessão em função da queda de luz, para que o painel eletrônico possa ser reiniciado.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h21min.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): (17h27min) Estão reabertos os trabalhos.

Tendo em vista o acordo de Bancadas, coloco em votação o Requerimento do Ver. Pedro Ruas, solicitando o adiamento da discussão do PLCL nº 006/11 por uma Sessão. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação a Moção de Repúdio à construtora Andrade Gutierrez, de autoria do Ver. Pedro Ruas, Ver.^a Fernanda Melchionna e demais Vereadores e Vereadoras. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Tendo em vista que os Vetos necessitam de votação nominal e que o sistema não pode ser reinicializado, estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h28min.)

